

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO E O ESTADO AUTORITÁRIO:
UM BREVE RETRATO DA LUTA PELA LIBERDADE DENTRO DE UMA
INSTITUIÇÃO FEDERAL DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA DA DITADURA
MILITAR NO BRASIL.

CYNTIA DE ANDRADE MACHADO

Rio de Janeiro

2008

CYNTIA DE ANDRADE MACHADO

A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO E O ESTADO AUTORITÁRIO:
UM BREVE RETRATO DA LUTA PELA LIBERDADE DENTRO DE UMA
INSTITUIÇÃO FEDERAL DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA DA DITADURA
MILITAR NO BRASIL.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Direito.

Orientadora: Prof. Dra. Juliana Neuenschwander Magalhães

Rio de Janeiro

2008

Machado, Cyntia de Andrade

A Faculdade Nacional de Direito e o Estado autoritário: um breve retrato da luta pela liberdade dentro de uma instituição federal durante a primeira década da ditadura militar no Brasil / Cyntia de Andrade Machado – 2008

72 f.

Orientadora: Prof. Dra. Juliana Neuenschwander Magalhães

Monografia (graduação em direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito.

Bibliografia: f. 67- 72.

1. Direito - História – Monografias. 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro - História. I. Magalhães, Juliana Neuenschwander. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Faculdade de Direito. III. Título.

CDD 340.981

CYNTIA DE ANDRADE MACHADO

A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO E O ESTADO AUTORITÁRIO: UM BREVE
RETRATO DA LUTA PELA LIBERDADE DENTRO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL
URANTE A PRIMEIRA DÉCADA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Direito.

Data de aprovação: ___/___/2008

Banca examinadora:

1º Examinador - Presidente da Banca examinadora

Prof. Dra. Juliana Neuenschwander Magalhães - Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico a todos que lutaram e sofreram pela democracia, e pelo direito desse trabalho ser escrito de forma oficial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e minha orientadora Prof. Dra. Juliana Neuenschwander Magalhães pelo tempo, paciência, conselhos e zelo com qual orientou este trabalho.

Aos amigos André Barbosa Morais, Carolyne Cardoso da Rocha, e Luciane Firmo da Silva sempre presentes que ajudaram de forma material e espiritual que esta monografia fosse entregue.

E a família pelo apoio incondicional em minha vida acadêmica.

Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória

(Gonzaguinha)

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Uma crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruces sem nomes, sem corpos, sem datas
Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
E tantos são os homens por debaixo das manchetes
São braços esquecidos que fizeram os heróis
São forças, são suores que levantam as vedetes
Do teatro de revistas, que é o país de todos nós
São vozes que negaram liberdade concedida
Pois ela é bem mais sangue
Ela é bem mais vida
São vidas que alimentam nosso fogo da esperança
O grito da batalha
Quem espera, nunca alcança
Ê ê, quando o Sol nascer
É que eu quero ver quem se lembrará
Ê ê, quando amanhecer
É que eu quero ver quem recordará
Ê ê, não quero esquecer
Essa legião que se entregou por um novo dia
Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta.

RESUMO

MACHADO, Cyntia de Andrade. A Faculdade Nacional de Direito e o Estado autoritário: um breve retrato da luta pela liberdade dentro de uma instituição federal durante a primeira década da ditadura militar no Brasil. 2008. 72 f. Monografia (graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Analisa-se as questões relevantes envolvendo a Faculdade Nacional de Direito como exemplo da luta pela democracia antes e depois do levante militar de 1964 que resultou na implantação de um regime militar no Brasil. Para melhor compreensão do tema a primeira parte volta-se a análise da conjuntura internacional e nacional durante o século XX, que resultou em uma instabilidade política na democracia brasileira. Aborda-se como tema principal a Guerra-Fria e o medo da ampliação dos ideais socialistas pelo mundo, dando ênfase nas intervenções norte-americanas nas lutas sociais da América Latina, em relação à conjuntura interna brasileira observa-se o desenvolvimento dos diferentes governos ao longo do século XX e o seu conturbado relacionamento com os movimentos sociais. Na segunda parte dedica-se ao resgate dos históricos institucionais tanto da Faculdade Nacional de Direito quanto do Centro Acadêmico Candido de Oliveira, sobrepesando-se suas participações no cenário político nacional e suas posições de vanguarda intelectual. Preocupa-se também em demonstrar o cotidiano institucional coadunado com a progressiva cassação de direitos individuais e coletivos e com as lutas de resistência feitas pelos estudantes e profissionais do direito dentro de um Estado de exceção. Preocupa-se também em exemplificar através do caso concreto das lutas por poder internas a instituição as demais batalhas políticas travadas na sociedade brasileira da época. Provando-se, portanto, que o direito é um ambiente de embates políticos em constante movimento.

Palavras-Chave: História do Direito; História das Instituições; Ditadura Militar – Brasil.

RÉSUMÉ

MACHADO, Cyntia de Andrade. A Faculdade Nacional de Direito e o Estado autoritário: um breve retrato da luta pela liberdade dentro de uma instituição federal durante a primeira década da ditadura militar no Brasil. 2008. 72f. Monografia (graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Cet article va analyser les questions importantes de la Faculdade Nacional de Direito au pour regarder la résistance, la défense de la démocratie, avant et après le coup militaire de 1964, où il y a eu l'implémentation d'un régime militaire au Brésil. Pour meilleur comprendre son sujet, la premier partie de l'article va analyser des conjonctures international et notionnel au cours du XXe siècle qui on provoqué un bouleversement politique au sein de la démocratie brésilienne. Le sujet le plus important c'est la Guerre Froide et la peur de l'ampliation des idéaux socialistes autour du monde, surtout par rapport les interventions de l'Amérique du Nord dans les luttes sociaux de l'Amérique Latine. En ce qui concerne la conjoncture interne basilienne, on va voir le développement des différents gouvernements au cours du XXe siècle e sa bouleversée relation avec les mouvements sociaux. Dans la deuxième partie du travail, on va se concentrer au rachat de l'histoire institutionnelle de la Faculdade Nacional de Direito et aussi de du Centro Acadêmico Candido de Oliveira, en mesurant leurs rôles dans le tableau politique national et leurs choix d'avant-garde intellectuelle. Cet article veut aussi faire attention à la loi alignée avec l'annulation progressive des droits collectifs et individuels, et avec les luttes de résistance réalisées par les étudiants et les professionnels du droit dans un État d'exception. L'article veut également illustrer, à travers des luttes internes pour le pouvoir, l'ascension des autres batailles politiques de la société brésilienne de l'époque. Prouver lui-même, de sorte que le droit est un environnement de politiques affrontements constamment en mouvement. On veut prouver, donc que le droit est un métier de combat politique qui n'arrête jamais.

Mot-clef: Histoire du Droit; Histoire des institutions; la Dictature Miliaire – Brésil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS:

Foto 01 – página 28

Fotografia que mostra o cerco e o ataque ao Palácio de La Moneda, sede da presidência chilena, quando o presidente Salvador Allende foi deposto de seu cargo por um golpe militar, ocorrido em 11 de setembro de 1973

http://www.bbc.co.uk/spanish/specials/1721_bbcmundoanivers/page6.shtml (visto em 04/11/2008)

Foto 02 – página 40

Foto do Discurso de João Goulart no famoso comício da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964.

<http://acertodecontas.blog.br/atualidades/jango-foi-envenado-por-ordem-dos-militares/> (visto em 04/11/2008)

Foto 03 – página 41

Estudantes do CACO saem em direção ao comício da Central do Brasil, acervo INFOGLOBO. In. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937 – 2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Relume – Dumará: fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 2007. p. 139

Foto 04 – página 43

Avenida Presidente Vargas (RJ) no dia do Golpe, 31 de março de 1964. (Arquivo Nacional/ ph fot 5609 18) pode ser visto também no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> → João Goulart → Trajetória política → Galeria de fotos → módulo: radicalização ideológica e o golpe militar.

Foto 05 – página 44

Foto da Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro no dia 2 de abril de 1964. (CPDOC/FGV/ R251 Fatos e Fotos Gente, vol.04, n.167/167, abr 1964), pode ser visto também no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> → João Goulart → Trajetória política → Galeria de fotos → módulo: radicalização ideológica e o golpe militar.

Foto 06 – página 51

Militares no Palácio da Guanabara (RJ) em 31 de março de 1964.(Arquivo Nacional/ ph fot 5609 21), pode ser visto também no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> → João Goulart → Trajetória política → Galeria de fotos → módulo: radicalização ideológica e o golpe militar.

Foto 07 – página 54

Foto tirada na madrugada do dia 31 de março para o dia 1º de abril de 1964 da sede da UNE em chamas. http://juventudedoaraguaia.zip.net/arch2007-02-25_2007-03-03.html

Foto 08 – página 56

Os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, assinando o Ato Institucional nº1 (AI-1). 09 de abril de 1964.(CPDOC/FGV/ R251 Fatos e Fotos Gente - vol. 04, nº 167/168, abr 1964) ou no site:

<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> → João Goulart → Trajetória política → Galeria de fotos → módulo:Exílio no Uruguai.

Foto 09 – página 58

Tumulto entre estudantes e policiais na ocupação da FND após a derrubada da diretoria do CACO em 12 de abril de 1965. Fotografia Alberto Jacob. Acervo Jornal do Brasil. Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. CACO: 90anos de história. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. p. 163.

Foto 10 – página 62

Fotografia 10: Urnas na rua para a eleição da nova diretoria do CACO em 12 de agosto de 1965. Fotografia Evandro Teixeira. Acervo do Jornal do Brasil. in. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. p. 184.

CHARGES:

CHARGE 0 1 – página 24

Charge ironizando o pacto secreto de não agressão entre a Alemanha de Hitler e a União das Republicas Socialistas Soviéticas. http://guerramundial.files.wordpress.com/2008/04/hitler_stalin1.jpg (visto em 10/11/2008)

CHARGE 0 2 – página 26

Charge satirizando a Guerra-Fria entre os EUA e a URSS, onde os embates não aconteciam diretamente entre os dois inimigos, eles se utilizavam de outros atores para resolverem suas disputas ideológicas. <http://cafehitoria.ning.com/profiles/blogs/1980410:BlogPost:5245> (visto em 03/11/2008)

CHARGE 0 3 – página 32

Charge que demonstra que mesmo exilado Prestes tinha muito prestígio com a população brasileira, tanto que mesmo não sendo candidato a sucessão de Washington Luís, é comparado aos dois principais concorrentes ao cargo (STORNI. Careta, ano 22, n° 1103, 10/08/1929). LEMOS, Renato (org). Uma História do Brasil através da caricatura 1840 – 2006. Rio de Janeiro, Bom Texto Editora e JP Editora, 2006. p. 61.

CHARGE 0 4 – página 36

a charge chama atenção para a sinuosidade da trajetória política de Vargas em face a legalidade, que alterna passagens ditatoriais e democráticas. J. CARLOS. Careta, ano 43, n°2202, 9/9/1950” LEMOS, Renato (org). Op. cit. p. 75

Introdução

Um importante debate presente no ambiente acadêmico trata sobre a especificação do papel das universidades, principalmente as públicas, na sociedade contemporânea. Há dúvida se o objetivo do ensino universitário é somente preparar mão de obra qualificada para um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, ou se é de formar cidadãos capazes de tomar a dianteira dos problemas nacionais e lutar pela melhoria de condições sociais, políticas e econômicas tanto no âmbito nacional quanto internacional. Dentro desse contexto acabamos por analisar quais foram as conseqüências que os mais de vinte anos de regime militar trouxeram para a cidadania brasileira e para o ensino nacional, mesmo passados outros vinte anos de seu fim. Afinal de contas a Ditadura Militar no Brasil apresentou preocupações significativas com os setores intelectuais, estudantis e jurídicos; e, tentou se infiltrar, vigiar e limitar esses setores de forte influência social.

A Constituição nacional de 1988 teve como princípio basilar a defesa dos Direitos Humanos e a proteção da Dignidade dos Homens¹. Essa preocupação ocorreu com o fim da ditadura militar, onde a tortura e a arbitrariedade foram praticas do nosso cotidiano². A percepção de que o Estado se destrói ao permitir certas praticas, e que a prisão ou morte de um inocente é pior do que a impunidade de um criminoso³ foi um dos norteadores dos constituintes. Entretanto, depois de 20 anos da constituição cidadã o medo da violência urbana, essa violência difusa⁴, que assusta sociedade e Estado, e é um marco da “modernidade tardia”⁵, onde, cada vez mais a violência vem fazendo parte das relações sociais.

¹ BRASIL. Constituição (1988).

² Arquidiocese de São Paulo, projeto Brasil Nunca Mais. Um relato para a História: Brasil nunca mais. Editora Vozes Ltda., Petrópolis – RJ, 1985.

³ RAWLS, John. *“Uma Teoria da Justiça”*. São Paulo, Martins Fontes, 2002,

⁴ SANTOS, João Vicente Tavares dos. “VIOLÊNCIAS E DILEMAS DO CONTROLE SOCIAL NAS SOCIEDADES DA “MODERNIDADE TARDIA”. In SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(1): 3-12, 2004

⁵ Ibid.

No caso da Faculdade Nacional de Direito (FND), percebemos que por se encontrar em posição de destaque nacional⁶, com influência nos meios jurídicos, já que seus docentes eram juristas respeitados – e nos meios estudantis – o órgão representativo institucional, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), era ativo e combatente dentro dos movimentos sociais⁷. Assim, é fácil entender porque houve a necessidade de fiscalização por parte dos Militares sobre a Instituição FND, que também não se quedou inerte, encontrando diferentes formas de resistir a um estado autoritário. Sofrendo também as conseqüências de seus atos, não só a instituição como um todo, mas também seu corpo docente e discente.

O presente trabalho visa contextualizar o golpe de 1964 dentro do medo do comunismo internacional e nacional, que se destacou no mundo durante o século XX, agravado ainda mais pelo fantasma da guerra fria, estudando o período que abarca toda a década de 60 do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, bem como analisando a progressão do gradual aniquilamento da liberdade no Brasil, através do exemplo emblemático da FND. Este lapso temporal foi escolhido por abarcar desde os preparativos do Golpe Militar propriamente dito até a instituição do Ato Institucional Número 5, que atou as mãos do judiciário⁸, colocou CACO na clandestinidade, e expulsou dos quadros discentes e docentes diversos agentes importantes do cenário institucional e nacional.

É de extrema importância que se desenvolva um trabalho acadêmico que faça a resistência das Instituições Acadêmicas durante o regime militar questão do objeto preferencial de análise. Assim, este trabalho guarda todas as condições de participar deste debate contemporâneo, pois até hoje, encontra-se como assunto importante de pauta dos movimentos sociais.

É desconhecido qualquer trabalho acadêmico no meio jurídico que tenha este estudo do como objeto preferencial de análise, sendo, portanto, inédito, ou pouco

⁶ SILVA, Evandro Lins e. O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC/ Evandro Lins e Silva; entrevistas e notas Marly Motta, Verena Alberti; edição de texto, Dora Rocha. Nova Fronteira: Editora FGV, Rio de Janeiro, 1997. *Passim*.

⁷ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Memórias estudantis, 1937 – 2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Relume – Dumará: fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 2007.

⁸ AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs). O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004). Edusc, Bauru – SP, 2004. *Passim*

aproveitado no meio acadêmico jurídico brasileiro. Desta forma, este trabalho guarda todas as condições de suprir esta lacuna. Neste caso específico, buscamos compreender a dinâmica social dentro da FND durante o pós-golpe militar; analisar as continuidades e rupturas de comportamento sociais do período; observar este grupo formado por indivíduos oriundos de diferentes camadas sociais; demonstrar a participação deste grupo dentro do cenário judiciário nacional como agente social; captar dentro do micro cosmo institucional os embates de poderes que ocorreram dentro do macro cosmo nacional.

Entendemos que a instituição federal FND pode ser usada para explicar a progressão da supressão dos direitos e garantias individuais no Brasil, por conter em seu corpo docente e discente indivíduos que participaram ativamente nos setores político, jurídico e social durante o regime militar. Assim sendo a história da FND se confunde com a História do Direito nacional nos embates políticos e pedagógicos.

A historiografia atual, segundo Rémond⁹, traz de volta a história política ao primeiro plano. Depois de ficar marginalizada dentro do círculo acadêmico durante várias décadas, a História Política ressurgiu junto com a História das Relações Internacionais, das Religiões, das Culturas, do Direito, reaparecendo modificada. A história que fala sobre o Estado, o poder, as disputas, as conquistas, a conservação, as instituições dominadas pelo Estado, proporciona várias vantagens aos seus cientistas pois, suas fontes são regularmente constituídas, possuem uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam vestígios escritos, são classificadas e conservadas, possibilitando a pesquisa sistemática por um longo período de tempo. Nesse sentido Rémond¹⁰ afirmou: “como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las?”.

No caso jurídico, o estudo do setor judiciário não deve ser abordado como apenas uma compilação e aplicação de leis, ou como um setor possuidor de profissões somente práticas. Deve sim, ser analisado em toda a sua esfera de atuação, como braço institucional de manutenção do *status cor*, mas também como via de escape das pressões sociais, protegendo os indivíduos do poder excessivo do Estado.

⁹ RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Tradução Dora Rocha. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 15 *et seq.*

¹⁰ *Ibid.* p. 24

Neste contexto, percebendo o papel fundamental na vida política do país, ao estudar as influências das instituições estatais na vida da sociedade, e das influências da sociedade nas instituições estatais, nota-se que o setor judiciário é o elo mais forte que liga o Estado ao povo, fazendo um papel intermediário importantíssimo na sociedade, pois é a ele que se recorre nas tentativas de chamar o estado a uma participação mais ativa.

A análise do judiciário, feita por um olhar histórico, mas sem perder o conhecimento jurídico é fundamental para a compreensão do desenvolvimento do pensamento jurídico no Brasil. Assim como a prática jurídica não consegue se distanciar da teoria, a teoria também não deve fugir da prática; equilibrando-se as duas formas de conhecimento o ordenamento jurídico só poderá sair beneficiado. E, voltando nosso olhar para o passado é possível vislumbrar o caminho percorrido pelo corpo docente e discente da Faculdade Nacional de Direito para garantir a liberdade e o Estado de Direito para a sociedade brasileira.

Em termos teóricos, as questões que orientam este trabalho estão próximas àquelas introduzidas pela Sociologia das Profissões¹¹. Freidson¹² afirma que as profissões estão experimentando atualmente grandes mudanças em suas composições, em seus números e em sua influencia política, mudando assim, simultaneamente, tanto suas praticas como seus privilégios costumeiros. No caso, o peso do diploma de bacharel em direito, um título cobiçado desde a época do Brasil Império, e até hoje capaz de alçar um recém graduado ao pronome de tratamento de “Doutor”, vê-se em transformações internas importantes, e essas modificações em muito vêm desse período conturbado de nossa história. O autor¹³ enfatiza que:

Poderíamos definir profissionalização como um processo pelo qual uma ocupação organizada, geralmente mas nem sempre por alegar uma competência esotérica especial e cuidar da qualidade de seu trabalho e de seus benefícios para a sociedade, obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlar o treinamento para

¹¹ BARBOSA, Maria Lgia. A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto. In. Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993

¹² FREIDSON, Eliot. Renascimento do profissionalismo: teoria, Profecia e Política; tradução Celso Mauro Paciornik. – São Paulo: EDUSP, 1998. Parte III, *passim*.

¹³ VOLLMER & MILLS, 1966. *Apud* FREIDSON, Eliot. Renascimento do profissionalismo: teoria, Profecia e Política; tradução Celso Mauro Paciornik. – São Paulo: EDUSP, 1998. P. 98

ele e o acesso a ele e controlar o direito de determinar e avaliar a maneira como o trabalho é realizado.

Ou seja, estamos lidando aqui, com quem tem o direito, a legitimidade e, mais ainda, o monopólio de agir intermediando o contato entre o cidadão e o judiciário; salvo exceções que têm seus privilégios garantidos até na Constituição. Podemos ver esse fato melhor exemplificado no artigo 133 da Carta Magna que diz: “*O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*”. A advocacia é uma profissão também regulamentada por um código de ética próprio, o “Código de Ética e Disciplina da OAB de fevereiro de 1995.

Estamos falando, neste caso, do contato direto que existiu entre os futuros empreendedores do direito, com os atuantes da área, em uma época que não mais nos encontrávamos em um Estado de Direito, porém ainda tentava aparentar interna e externamente como se fosse. É por isso que no Brasil, fez-se um imenso esforço de manter a estrutura presidencial rotativa, bem como o Congresso Nacional e um sistema judiciário “autônomo”.

Não pretendemos aqui minimizar as reações dos outros setores que participaram ativamente na luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil¹⁴, nem afirmar que a “Nacional de Direito” tenha sido a única a levantar essa bandeira. Temos plena consciência da importância dos movimentos sociais e estudantis (principalmente o movimento secundarista) na luta contra a ditadura; apenas gostaríamos de analisar o porquê de uma carreira, que hoje é considerada atrelada aos setores políticos de Direita, ter sido um foco tão importante de resistência considerada politicamente de esquerda.

Não é incomum ouvirmos falar que os estudantes secundaristas, participantes de movimentos sociais, mas precisamente os vestibulandos de 1965 em diante diziam que prestavam vestibular para faculdades de Ciências sociais, jornalismo, história, filosofia não porque tivessem vocação para aquela graduação, ou por sonho de seguir aquela carreira, mas sim porque aquelas faculdades seriam o caminho natural a seguir dentro dos movimentos estudantis, já que eram as mais “engajadas”. Entretanto, o que a história veio

¹⁴ AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs). (orgs). Op. cit

deixando de lado foi o fato de as faculdades de Direito também eram escolhidas por esse motivo.

Há a crença de que os jovens de hoje não são politizados, que eles se renderam ao individualismo capitalista neoliberal, e alguns estudantes até acabaram por acreditar nessa máxima. No entanto, tempo mostrou que quando foi preciso ir à luta os estudantes não se negaram, como ocorreu, por exemplo, nas “diretas já”, nos “caras pintadas”, e até em uma situação mais particular a participação efetiva dos alunos da Faculdade Nacional de Direito na deposição do Diretor da Instituição em 2004.

Pretendemos, portanto, realizar uma análise não só da instituição acadêmica FND, ou da instituição política, como também entender a História do Direito Nacional recente, usando o caso da FND como exemplo das lutas pelo poder – incluindo os poderes legislativo, executivo e judiciário - e de resistência, que perpassaram o país com o golpe de 1964. Vale registrar ainda que a Faculdade de Direito da UFRJ se manteve ativa durante todos os anos de ditadura e de abertura política. Por fim, não pretendemos cair no erro de não levarmos em contas às relações pessoais e as práticas administrativas do cotidiano que nunca foram interrompidas durante as lutas políticas, e que influenciavam e eram influenciadas pelos combates ideológicos da época.

CAPITULO I

Em fúria a França marchou, seus brados de Liberdade, Igualdade e Fraternidade caíram feito bombas no mundo ocidental. Mudanças drásticas em diversos âmbitos, passando pelo social, cultural, econômico, político. Contaminaram e abalaram as bases do Antigo Regime. Junto com o movimento de Independência das Treze Colônias da América do Norte, a Revolução Francesa provou que os ideais iluministas não precisariam ser apenas quimeras, poderiam se tornar mais do que práticas pontuais, poderiam ser realidade. Koselleck¹⁵ em seu trabalho percebeu que o cidadão vislumbrado por Locke surgiu no espaço privativo que o súdito de Hobbes adquiriu com o absolutismo.

Diante do fórum de súditos, o soberano foi eximido de qualquer culpabilidade, mas coube a ele toda a responsabilidade. O súdito foi dispensado de qualquer responsabilidade política, mas em compensação, foi ameaçado de uma dupla culpabilidade: externamente, ao proceder contra os interesses do soberano, em assuntos cuja decisão cabia apenas ao soberano; internamente pela culpa que assalta quem se recolhe no anonimato.¹⁶

Todavia, ao abrir mão da responsabilidade, e ao manter a obediência ao monarca o súdito ganhava a sua esfera privada para se desenvolver. Por isso acredita-se que o absolutismo foi responsável pelo seu próprio fim, pois é ele que garante a estabilidade para o desenvolvimento do individualismo.

Um olhar histórico retrospectivo deixa clara a necessidade resultante da estrutura do sistema absolutista, pela qual o foro interior moral só podia se desenvolver numa oposição secreta à política estatal. (...) A burguesia moderna certamente nasce no foro interior secreto de uma moral de convicção privada e se consolida nas sociedades privadas; estas, no entanto, permanecem cercadas pelo segredo¹⁷.

¹⁵KOSELLECK, Reinhardt - *Crítica e crise*: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, Contraponto/EdUERJ, 1999. Cap. 2 *passim*.

¹⁶ Ibid. p. 23

¹⁷ Ibid. P. 67

Se por um lado as chamas das marchas da Marselhesa¹⁸ iluminaram o mundo, elas não trouxeram consigo a estabilidade de uma política liberal burguesa tão almejada. Rapidamente, inflamado principalmente pelas condições de trabalho nas historicamente recentes indústrias, o mundo viu outra ideologia se espalhar, dessa vez vislumbrando uma nova classe que emergia das fundições da Revolução Industrial “o proletariado”, os que por definição idiomática significam aqueles que só possuem a sua prole, ou a sua força de trabalho. As idéias fundadoras do Estado Burguês Moderno, onde o capitalismo pôde se desenvolver, e as nações puderam adquirir suas feições atuais, foram desde seu berço sendo criticadas e contestadas não pela nobreza que perdia seu poder para a burguesia, mas pelos trabalhadores que garantiam o capital dessa burguesia. Ou seja, ligado de forma embrionária à ascensão da burguesia ao poder, surgiu um proletariado disposto à luta pela melhoria de suas condições não só de trabalho, mas também de vida. Diferentemente do que foi previsto por Karl Heinrich Marx em sua obra¹⁹, a revolução proletária socialista não ocorreu em um país altamente industrializado, onde a história considerada sobre um viés evolutivo destinaria um espaço especial a essa transição entre um governo Burguês necessário, já que cabia a ele implementar toda uma gama de mudanças.

Nessa perspectiva, o trabalho assalariado teria que ser uma pratica internacional, onde os trabalhadores pudessem aos poucos, com a ajuda de uma vanguarda intelectual, se perceber como classe, vendo no outro trabalhador um reflexo de si mesmo, um outro ser, massacrado pela exploração progressiva do capitalismo. Tal percepção traria a identidade de classe, que conseguiria sobrepor quaisquer outras diferenças de grupo, família, credo e, principalmente, a nacionalidade. Dentro desse contexto, o grande teste e derrota sofridos pelos vanguardistas intelectuais comunistas foi a Primeira Grande Guerra Mundial, uma vez que o sentimento de pertencimento a classe trabalhadora não superou o também recente nacionalismo.

¹⁸HOBBSAWM, Eric. Ecoss da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa; tradução Maria Celia Paoli, São Paulo: Cia das Letras, 1996

¹⁹MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis, RJ :Vozes,2000.

Não foi coincidência o fato do nacionalismo²⁰ e da nova definição do termo nação terem surgido por volta do século XIX; várias mudanças estruturais estavam acontecendo em todo mundo, os grandes impérios estavam ruindo, novas formas de Estados estavam surgindo – com diferentes formas de governo – e, mesmo nas regiões que conseguiram manter certa estabilidade política, vinham tendo seus alicerces abalados por pressões sociais, como a ascensão do pensamento socialista. Criou-se então um grande vácuo cultural no ocidente²¹, já que às antigas estruturas haviam sido quebradas ou ainda precisavam se adaptar à nova conjuntura e as novas mentalidades não estavam totalmente constituídas.

Um grande problema para a difusão do nacionalismo foi o pensamento econômico novecentista que pregava a internacionalização do capital; mas apesar do capitalismo apoiar o liberalismo e a livre iniciativa, para se solidificar o sistema capitalista como um todo precisava das proteções que só as nações poderiam oferecer. Inicialmente, os teóricos liberais não tocavam no termo nação por achá-los óbvios e mais práticos do que teórico.

“nação” de Adam Smith consistia apenas de uma coleção de indivíduos vivendo em um território do Estado, e considerava que o fato de em cem anos toda esta gente estar morta tornava impossível falar em “nação”.²²

²⁰ O sentimento nacionalista é parte integrante da sociedade atual, porém, ele também é um fenômeno recente e criado, que foi sendo incorporado ao imaginário social, com uma idéia de um território determinado, com um centro político administrativo único, uma cultura partilhada, e principalmente com fim da dissociação entre o indivíduo e sua pátria, ou seja, se identificando ou não com seu lugar de nascimento você pertenceria a ele até o fim, e passaria a ser ligado a ele pelas outras pessoas. Cabe destacar que o Estado teve uma grande importância na nova concepção da mentalidade utilizando largamente a máquina burocrática, principalmente através da disseminação das escolas de ensino fundamental gratuitas, para espalhar, e entranhar no subconsciente da sociedade esta nova forma de se agregar os indivíduos em torno de um mesmo ideal. Neste contexto percebe-se o porquê da valorização da história e da geografia como matérias a serem ministradas na escola. Elas eram responsáveis por validar os argumentos de pertencimento, ao delimitarem um território e um passado em comum na sociedade, criando um vínculo emocional da sociedade com um lugar e uma história mais amplos do que as cercanias. Para uma melhor reflexão ver: HOBSBAMW, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1870. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

²¹ HOBSBAMW, Eric e Ranger (org). A invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984

²² CANNAN, s/d apud. HOBSBAMW, Eric e Ranger (org). A invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984

Com a admissão por parte dos economistas da época, que por mais liberais que fossem não poderiam negligenciar a economia nacional – se preocupando apenas com os aspectos macro-econômicos - porque ela era determinante para a economia internacional. Por outro lado, o surgimento do socialismo gerou um pânico nos meios de produção por pregarem uma união internacional dos trabalhadores, o que de certa forma foi abafada pelo nacionalismo nascente, o qual conseguiu se desenvolver também pelo estímulo do capital internacional, aliado à crescente estruturação de várias regiões em estados nacionais.

A tão esperada Revolução Proletária acabou ocorrendo de forma individual não imediatamente expansiva aos outros países, e, justamente na Rússia²³, nação demasiadamente grande, agrária e atrasada em relação as demais potências européias, na qual o regime czarista fez poucas concessões às reformas burguesas que assolaram a Europa²⁴. Contrariando todas as perspectivas teórica metodológicas, todas as previsões e oráculos, e apesar da aparente impossibilidade conceitual de uma revolução proletária ser realizada por camponeses, ela acabou sendo “bem” sucedida nas terras de Nicolau II.

A Rússia assolada pela fome e pelos custos da Primeira Guerra viu em seu governo a disposição, pelo menos inicial, de concretizar seus principais anseios: Paz, Terra, e Pão²⁵. Finalmente, seus camponeses combatentes puderam voltar para suas terras, não mais na condição de servos, mas agora como produtores. Houve realmente por parte do comando bolchevique a preocupação de implantar uma reforma agrária - mesmo que depois o governo comunista tenha as requisitado de volta²⁶ para uma estatização agrária.

Com seus problemas políticos imediatos sanados e, ainda, buscando uma legitimação do poder, o regime socialista passa por uma fase de consolidação e de fortalecimento de suas bases econômicas, políticas e sociais.

²³ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. v. 1

²⁴ AARÃO REIS FILHO, Daniel. As Revoluções Russas. In. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). O Século XX. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. v. 2 – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.

²⁵

Ibid

²⁶ FERREIRA, Jorge. O socialismo soviético. In. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). O Século XX. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. v. 2 – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.

Por outro lado, os países que continuaram em guerra, estavam com todas as suas atenções focadas no combate mais sangrento jamais visto²⁷, onde milhares de homens pereciam não só nos campos de batalha sob fogo inimigo, como também através de uma morte muito mais lenta e degradante psicologicamente, a morte nas trincheiras, as mortes das doenças, das esperas, das fomes, enfim a morte que vê o definhamento dos seus companheiros a céu aberto, sem enterro decente, sem tréguas.

A mesma velha trincheira, a mesma paisagem,
Os mesmos ratos, crescendo como mato,
Os mesmos abrigos, nada de novo,
Os mesmos e velhos cheiros, tudo na mesma,
Os mesmos cadáveres no front,
A mesma metralhadora, das duas às quatro,
Como sempre cavando, como sempre caçando, a mesma velha guerra
dos diabos.²⁸

Entretanto, com o fim da guerra surgem duas novas preocupações no cenário mundial: a reconstrução de uma Europa devastada por anos de combates; e a preocupação de que o comunismo se espalhasse pelo resto do mundo.

A década de 20 do século XX foi marcada por um movimento de reconstrução europeu, e por uma enorme expansão da economia americana. A prosperidade parecia ter voltado de vez para o mundo ocidental, até que a Quebra da Bolsa de Nova Iorque²⁹ surge para abalar os alicerces do ocidente. Como se não bastasse a ruína da economia mundial, a descoberta de que um dos poucos países que saíram ilesos do grande Crash, fora a Rússia, serviu para assustar os Estados Unidos, e também para estimular novos movimentos revolucionários por todo o globo³⁰. No entanto a maioria dos países só tinham forças para pensar em seu próprio soerguimento, buscando restaurar de qualquer forma as suas economias, sem contar as tentativas desesperadas de tirar sua população da miséria não anunciada³¹.

²⁷ HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914/1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

²⁸ MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flavio; FARIA, Ricardo. *História contemporânea através de textos*. Contexto, São Paulo, 1990. P. 118.

²⁹ HOBSBAWM, Eric. Op. Cit

³⁰ AARÃO REIS FILHO, Daniel. O mundo socialista: expansão e apogeu. In. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). *O Século XX*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. V. 3 – O tempo da dúvidas: do declínio das utopias às globalizações.

³¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). *O Século XX*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

Durante alguns anos o mundo temeu a propagação do socialismo com a mesma ênfase que temia outra guerra mundial³². Assistia de forma estática o ressurgimento de uma Alemanha unida em prol de uma nova ideologia³³, que ao mesmo tempo gerava receio, por sua força ideológica totalizante e simpatia internacional pela sua capacidade de deter a influência do socialismo da agora União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que começava a se espalhar. Esse impasse ocorreu até a invasão da Polônia por parte da Alemanha nazista, fazendo com que as alianças formadas no fim da Primeira Grande Guerra - novidade da 1ª Guerra, que perdura até hoje, foi o desenvolvimento da diplomacia secreta e a formação de alianças entre os Estados, que tendem a gerar um processo dominó quando um conflito armado ocorre³⁴ - culminando na Segunda Guerra Mundial. Contudo, Hitler manteve a segunda parte de sua estratégia de combate escondida, formando pactos secretos de não agressão com a URSS, até que finalmente decidiu abrir uma nova frente de batalha invadindo o então território de Stalin.



35

Com sua inabalável fé na Grande Alemanha que finalmente viria ocupar seu espaço vital, e na “pseudo” superioridade da raça ariana, Hitler supervalorizou seu

v. 2 – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.

³² Ibid

³³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O In. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). *O Século XX*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. v. 2 – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.

³⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *op. cit.*

³⁵ Charge 01: ironizando o pacto secreto de não agressão entre a Alemanha de Hitler e a União das Republicas Socialistas Soviéticas. http://guerramundial.files.wordpress.com/2008/04/hitler_stalin1.jpg (visto em 10/11/2008)

poderio bélico³⁶. Quando permitiu que seu aliado Japão declarasse guerra aos Estados Unidos, colocando-se em uma complicada posição com três frentes de batalha e um novo e grande inimigo, com recursos praticamente ilimitados, e com o benefício de não possuir seu território atingido pelos conflitos³⁷, facilitando assim, sua derrocada final.

No final da Segunda Guerra, e com a pretensa extinção do nazismo, a Europa encontrava-se arrasada, suas cidades estavam destruídas, a economia falida, e a população demonstrava gama de sentimentos, incluído-se a dor, a fome, a desilusão, a frustração o pessimismo. Uma nova situação política começava a se definir e o poder mundial se dividia entre duas novas superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética – grandes vencedoras da Guerra³⁸.

Neste novo clima de tensão, que repartia o globo, dentro de sua posição ideológico-administrativa, entre capitalistas e socialistas, cada uma dessas potências tentava arrebanhar o maior numero de seguidores. Houve assim um empenho, por parte dos EUA e da URSS de recuperar e reestruturar a Europa arrasada, e assegurar o domínio sobre os continentes asiático, africano, e latino-americano.

O medo da expansão desenfreada do socialismo tomou conta do mundo capitalista, enquanto que os socialistas do mundo inteiro encheram-se de esperança de que finalmente fossem ocorrer as inevitáveis revoluções socialistas mundo afora, até o caminho traçado por Marx culminar num mundo Socialista. Desde a Revolução Russa ocorrida em 1917, o socialismo passou a ser ao mesmo tempo uma ameaça real ao mundo capitalista e uma esperança para os ideólogos de esquerda.

³⁶GONÇALVES, Willian da Silva. A Segunda Guerra Mundial. In. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). O Século XX. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. v. 2 – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.

³⁷ Ibid

³⁸VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. In. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). O Século XX. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. v. 2 – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.



39

A Guerra Fria, como afirma Paulo Vizentini⁴⁰, não é só um conflito como um sistema, em que o mundo todo está dividido – com raríssimas exceções – entre dois blocos, que possuem cada um o poder de acabar com o mundo. Assim, varias e varias gerações cresceram com o medo de uma iminente guerra atômica. No entanto, apesar da Guerra Fria se basear neste medo constante, o combate oficial e direto entre as duas superpotências nunca ocorreu de fato. Na verdade havia por parte dos dois conflitantes um respeito mutuo e a crença de um não ataque. Porém, se o conflito direto não ocorreu, houve, por outro, lado diversos conflitos indiretos, onde em diferentes crises regionais, as superpotências enviaram ajuda com o intuito de aumentar suas áreas de influência sem, entretanto, propiciarem motivos reais para a declaração de uma Guerra Aberta. Esse “não-conflito” foi exatamente por não existir de grande influência na cultura mundial.

Além da divisão ideológica do mundo, houve uma divisão espacial. As Américas ficaram sob a influência direta dos EUA e a Europa Oriental ficou sob a supervisão da URSS formando a famosa “Cortina de Ferro”. Todavia, alguns acontecimentos abalaram esse superficial equilíbrio inicial, como por exemplo a Revolução Chinesa⁴¹ e,

³⁹ Charge 02: satirizando a Guerra-Fria entre os EUA e a URSS, onde os embates não aconteciam diretamente entre os dois inimigos, eles se utilizavam de outros atores para resolverem suas disputas ideológicas. <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/1980410:BlogPost:5245> (visto em 03/11/2008)

⁴⁰ Ibid

⁴¹ HOBSBAWM, Eric. Op. cit.

principalmente, a Revolução Cubana⁴² a qual transformou em um regime socialista o considerado “quintal” dos EUA a ilha de Cuba. Essa grande vitória de um pequeno grupo de guerrilheiros não só derrubou o governo de Fungêcio Batista, como implantou o regime socialista em Cuba. E para o grande assombro dos Estados Unidos da América, conquistou seu próprio povo. Fato este comprovado na mal fadada tentativa de invasão da Bahia dos Porcos⁴³, onde a população cubana pegou nas armas para defender não só Cuba como a própria revolução⁴⁴ acabando por dar legitimidade ao novo governo.

Essa esmagadora vitória, nas proximidades do principal pólo capitalista fez com que os EUA revissem suas políticas internacionais, principalmente nas suas áreas de influência. A intervenção direta passou não só a ser aceita pelos políticos norte-americanos, como também os planos passaram a ser traçados para impedir a expansão socialista no continente. As agências de segurança americana começaram a observar de perto toda e qualquer manifestação popular de caráter socialista, e ao menor sinal de suspeita o aparato governamental era acionado. Em diversos momentos da história o governo americano demonstrou que a proteção ao regime capitalista estaria acima da proteção à democracia e às liberdades.

Em um caso posterior ao brasileiro, mas ainda dentro dessa política norte-americana, percebemos a real opinião dos EUA, ao analisarmos a declaração de um influente conselheiro de assuntos de política internacional Henry Kissinger, se referindo a eleição de Salvador Allende no Chile, e no posterior apoio ao golpe militar deflagrado por Augusto Pinochet:

I don't see why we need to stand by and watch a country go communist due to the irresponsibility of its own people. The issues are much too important for the Chilean voters to be left to decide for themselves.⁴⁵

⁴² VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. In. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). *O Século XX. Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 2000. v. 2 – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. p. 209

⁴³ Ibid. p. 209

⁴⁴ Ibid

⁴⁵ Não vejo porque devemos esperar para ver um país ir para o comunismo devido à irresponsabilidade do seu povo. As questões são demasiado importantes para que deixemos os eleitores chilenos decidirem por si próprios. (livre tradução) Citado em Richard R. Fagen, *The United States and Chile: Roots and Branches*, *Foreign Affairs*, January 1975.



46

Essa interferência foi constante durante todo o século XX. A imagem acima mostra o ataque ao Palácio La Moneda, sede da presidência chilena, quando o presidente de esquerda eleito democraticamente Salvador Allende foi morto por não entregar seu cargo a uma junta militar golpista, tendo como apoio os marines norte-americanos, que se encontravam nos limites das águas territoriais do Chile, caso houvesse resistência ao golpe de Estado.

⁴⁶Fotografia 01: mostra o cerco e o ataque ao Palácio de La Moneda, sede da presidência chilena, quando o presidente Salvador Allende foi deposto de seu cargo por um golpe militar, ocorrido em 11 de setembro de 1973. http://www.bbc.co.uk/spanish/specials/1721_bbcmundoanivers/page6.shtml (visto em 04/11/2008)

CAPITULO II

A política interna brasileira, desde o início do século XX, nunca ficou fora do controle norte americano⁴⁷, sendo objeto de observação. Inicialmente, o Brasil não teve um peso especial, simplesmente estava inserido dentro da proposta norte-americana para a América Latina, dentro da máxima “*América para os americanos*” também conhecida como Doutrina Monroe⁴⁸ criada no início do século XIX. Sendo que esse lema pode ser interpretado como América para os norte-americanos, em que os Estados Unidos gradualmente passariam a dominar as Américas política, social, cultural e economicamente. Em contrapartida os EUA adotariam uma postura auto-isolacionista em relação à Europa, evitando intervir em qualquer problema europeu.

A sociedade brasileira foi forjada através da exploração desmedida de grande parte da população, começando pela escravização indígena, perpassando pela escravidão africana, se legitimando na exploração dos imigrantes europeus e orientais, e continuando até mesmo durante o período republicano na opressão dos trabalhadores assalariados do campo e das cidades⁴⁹. Existia um grande medo por parte da elite nacional em relação a esta massa marginalizada.⁵⁰ Mesmo a vanguarda da intelectualidade tupiniquim olhava para sua população considerando-a inferior, como se ela precisasse de condutores capacitados até que fossem devidamente educados⁵¹.

A visão de que a população precisava ser protegida dos exploradores, e principalmente de si mesma e de sua ignorância, fazia com que existisse a crença, dentro dos princípios positivistas, de que os direitos e garantias não deveriam ser conseguidos através de lutas sociais, e sim através da percepção governamental da evolução social pela qual o Brasil deveria passar até se tornar uma sociedade moderna. Mesmo com a Proclamação da República, não houve alteração nesse ponto de vista, o

⁴⁷ SKIDMORE, Thomas e. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ª edição; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

⁴⁸ HOBSBAMW, Eric A Era das Revoluções: 1789/1848. São Paulo: Paz e Terra, 1996

⁴⁹ LINHARES, Maria Yeda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005

⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos no Rio de Janeiro In: Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade, 1996 Ano I, no. 1: 169-189.

⁵¹ Ibid

povo era ignorante demais, bestializado⁵² de mais, para ter seu próprio futuro em mãos. Para isso ele precisaria ser cuidado, guiado e ensinado.

Entretanto, desde cedo o povo⁵³ brasileiro demonstrou que não seria fantoche nas mãos das elites locais. Analisando o caso da Revolta da Vacina no início do século XX, José Murilo⁵⁴ percebeu que a mesma população que foi considerada apolítica e apática por não ter participado da Proclamação da República foi as ruas e lutou contra o governo que resolveu impor um sistema de vacinação – mesmo que benéfico para a população – sem fazer nenhuma campanha de conscientização. O autor⁵⁵ também identificou um aspecto importante dentro dessa revolta popular, algo que o longo Regime Militar retirou da memória coletiva, o fato de haver naquela época uma aproximação do Exército com o povo, com a participação de um em movimentos do outro, a tal ponto de Raul Pompéia afirmar que⁵⁶: “*O exército brasileiro é muito povo para querer ser contra o povo e sobre o povo*”, como fica comprovado em um decreto de 20 de novembro de 1835, onde é indicado o que fazer na possibilidade de um fracasso no recrutamento voluntário:

(...) proceder-se-á a recrutamento forçado e o recrutado servirá por seis anos, receberá somente soldo simples, será conduzido preso ao quartel e nele conservado em segurança até que a disciplina o constitua em estado de se lhe facultar maior liberdade.⁵⁷

A República Brasileira proclamada em 15 de novembro de 1889 não foi um marco de mudanças das estruturas nacionais. Continuamos um país agrário-exportador, com uma grande concentração de renda⁵⁸. Durante a efervescência dos primeiros anos do novo regime, percebemos a forte influência que as idéias européias tinham sobre a nação,

⁵² CARVALHO, José Murilo de, *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Editora Schwarcz, 1991.

⁵³ O “povo”, essa massa sem nome é formada num sistema de permanente inclusão e exclusão, onde o que conta é a necessidade do interlocutor de se vincular ou se distanciar dessa sombra que possui limites indefinidos. Como não se consegue nem conceituar “povo”, definir precisamente o que é (ou não) próprio de sua cultura se torna praticamente uma tarefa impossível. Há também o problema que as discussões que envolvem a cultura popular, englobam – além das manifestações artísticas e/ou expressões sociais – lutas políticas, intelectuais e de resistência. Para uma melhor compreensão ver BOURDIEU, Pierre. “Os usos do “povo””. In: *Coisas ditas*. Editora brasiliense. São Paulo, 1990.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. passim

⁵⁵ Ibid

⁵⁶ Ibid. capítulo II

⁵⁷ Coleções de leis do Império CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2005. p. 19

⁵⁸ LINHARES, Maria Yeda (Org.). Op. cit

só que elas foram absorvidas de modo parcial e seletivo, manipuladas pelos interesses pessoais da elite republicana⁵⁹. A tão aclamada democratização do país não foi implantada, pois a exigência de alfabetização para votar, sem estar diretamente ligada a um programa de educação para as massas, serve apenas como uma nova maneira legalizada de excluir por falta de renda, já que a educação era para os homens que tinham posses⁶⁰. Não obstante houve também um retrocesso nos direitos sociais, porque a República se absteve de cuidar da educação primária e do socorro público, como o Império fazia⁶¹.

Logo após a Proclamação, vários segmentos da sociedade tentaram rever sua posição social através de organizações, na tentativa de participar na democracia representativa, o que era reprimido pelos novos governantes, que resistiam à ampliação da cidadania e da democracia, decepcionando grupos que antes apoiavam a República⁶². Durante o governo de Floriano, houve também um incentivo à xenofobia⁶³. Alguns grupos se destacaram nesse cenário tumultuado como: os socialistas democráticos; os positivistas que queriam aumento dos direitos sociais, mas negavam os meios de ação política para conquistá-los; e os anarquistas, desapontados com o Estado, pregavam o fim do mesmo, e sem a utilização da luta político-partidária para atingir seus objetivos, preferiram atacar economicamente através de greves e boicotes⁶⁴. Um dos motivos que atrapalharam a contestação do governo foi a falta de união entre os opositores⁶⁵.

O movimento operário era cingido por seu pequeno contingente, isolado em pequenas ilhas de industrialização, além de possuir um grande número de estrangeiros, que na hora da repressão podiam ser deportados, bem como a grande contratação de mulheres e crianças retiravam um pouco do poder de luta.⁶⁶ Essa tumultuada conjuntura interna viu surgir um movimento no seio do exército nacional, o tenentismo⁶⁷, que era um movimento elitista, e a favor da legalidade e do liberalismo brasileiro, mas considerava a

⁵⁹ CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Editora Schwarcz, 1991.

⁶⁰ Ibid. cap. II passim

⁶¹ Ibid cap. II passim

⁶² LINHARES, Maria Yeda (Org.). Op. cit.

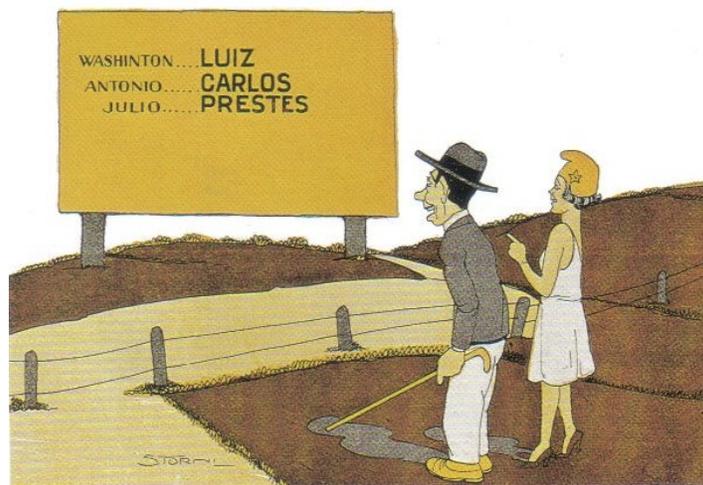
⁶³ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit.

⁶⁴ Ibid

⁶⁵ MENDONÇA, Sonia. R. de . Estado e Sociedade: a Consolidação da República Oligárquica. In: Maria Yedda Leite Linhares. (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005

⁶⁶ Ibid

população de inerme. Com a coluna prestes⁶⁸ em 1925, e com o tenentismo em geral, percebeu-se que a violência poderia ser usada como instrumento de luta.



ELLE. — QUAL É QUE PREFERES ENTRE ESSES TRES?
 ELLA. — ENTRE OS TRES PREFIRO O QUARTO...

69

⁶⁷ “Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da República Velha. (...) Participando do movimento revolucionário aliado às elites oligárquicas não vinculadas ao café e às classes médias, e contando com o apoio difuso das classes populares e urbanas, o tenentismo contribuiu para destruir a hegemonia dos cafeicultores, mas não teve condições de permanência na nova estrutura de poder. Sem contar com bases sociais de sustentação, tendo uma visão golpista e militarista do processo.” Retirado de: ABREU, Alzira Alves de...[et al.] (coordenação) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro, Ed. Ver e atual. Editora FGV; CPDOC, 2001, 5 v. p. 5734, verbete tenentismo.

⁶⁸ “Se o tenentismo foi o fruto mais evidente da Crise da República Velha, a Coluna Prestes marcou a década de 20 como o momento culminante das revoltas tenentistas (...) a Coluna Prestes (...) manteve-se, durante dois anos e três meses, percorrendo 25 mil quilômetros através de 13 Estados do Brasil. A Coluna jamais foi derrotada” Ver melhor em: PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes. Editora Brasiliense, 1990. P 113 et. seq.

⁶⁹ Charge 03: demonstra que mesmo exilado Prestes tinha muito prestígio com a população brasileira, tanto que mesmo não sendo candidato a sucessão de Washington Luís, é comparado aos dois principais concorrentes ao cargo (STORNI. Careta, ano 22, nº 1103, 10/08/1929). LEMOS, Renato (org). Uma História do Brasil através da caricatura 1840 – 2006. Rio de Janeiro, Bom Texto Editora e JP Editora, 2006. p. 61.

Com a Revolução de 30⁷⁰, ocorreu o deslocamento da oligarquia paulista do centro do poder, mas nenhuma outra classe tinha capacidade de conseguir uma hegemonia, assim houve sérias modificações na estrutura na forma de atuação do Estado.

Com a inauguração da Segunda Republica, em outubro de 1930, as Forças Armadas, particularmente o exército, se viram instaladas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira. O conflito entre os estados mais poderosos e a derrota do mais poderoso deles, São Paulo, abriram espaço para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse afinal a parcela de poder que não conseguira na última década do século XIX e pela qual lutara, às vezes de armas na mão, ao longo do regime que acabara de cair.⁷¹

Nesse contexto de tumultuada ascensão ao governo, Vargas não teve um início fácil de mandato. Viu-se enfrentando em uma pseudo-guerra civil com o estado de São Paulo na Revolução de 32⁷². Surgiu a ditadura do Estado Novo, que centralizou o poder, com controle estatal na economia, e com a ascensão da burguesia industrial ao aparelho de Estado. Mas para que esse governo finalmente se estabilizasse, ainda faltava o apoio dos setores liberais, o que foi conseguido através do temor a uma mobilização popular, após a Revolta Comunista de 1935⁷³ que foi organizada por Luiz Carlos Prestes com a ajuda de Olga Benário. Neste movimento, o comunismo, apesar de temido pela sociedade brasileira, possuía como seu principal representante um herói popular conhecido por

⁷⁰ “Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia Militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior.” ABREU, Alzira Alves de...[et al.] (coordenação) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro, Ed. Ver e atual. Editora FGV; CPDOC, 2001, 5 v. p. 4996, verbete Revolução de 1930.

⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2005 p. 62

⁷² PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes. Editora Brasiliense, 1990.

⁷³ “Movimento armado, também conhecido como Intentona Comunista. Esta última designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo intentona significa “intento louco, plano insensato”. O movimento foi deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro a 18 km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). ABREU, Alzira Alves de...[et al.] (coordenação) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro, Ed. Ver e atual. Editora FGV; CPDOC, 2001, 5 v. p. 4988, verbete Revolta Comunista de 1935.

Cavaleiro da Esperança⁷⁴, que com seu prestígio e do resto do movimento tenentista colaborou com a ascensão de Vargas ao poder⁷⁵, mas que posteriormente passou a abraçar as idéias socialistas, passando a não ser bem quisto pelo governo de Vargas. Essa proximidade entre a adoração da população a um líder político, agora oficialmente ligado ao comunismo Russo, reacendeu os interesses capitalistas internacionais para o Brasil.

Mas nesse momento o mundo já vivia os efeitos da crise de 29, e Vargas teve que demonstrar não só interesse para defender as oligarquias que o colocaram no poder como também passou a agradar parte do operariado de forma paternalista dando direitos sociais e trabalhistas. Em contrapartida, passou a controlar bem de perto o movimento operário ao adotar o sindicalismo corporativo. Durante uma parte de seu governo, Getúlio conseguiu equilibrar diversos interesses divergentes e muitas vezes conflitantes. Inicialmente, Vargas toma uma postura mais rígida frente a todos para dificultar motins, preocupando-se até mesmos em resolver conflitos sociais mais antigos⁷⁶. Posteriormente Getúlio toma várias atitudes para conservar o poder em suas mãos, como por exemplo a instauração dos “sindicatos de carimbos”, que propiciaram forte representatividade da situação no poder, a criação da Lei de Segurança Nacional, o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, a instalação do Estado de Sítio e a criação do Tribunal de Segurança Nacional.

Se até 1935 as questões sociais eram tratadas como caso de polícia, a partir daí passaram a ser consideradas como questão de segurança nacional⁷⁷, fazendo com que aumentasse a complexidade das formas de tratamento deste setor social, abandonando a repressão violenta como único mecanismo de controle dessa camada, passando, também, a utilizar a negociação para conquistar a simpatia e obediência da classe. E, é neste contexto que o medo do comunismo se firma e é incentivado pelo Estado, ocupando o medo anterior do anarquismo, e esse fantasma assombra os lares das elites e classe média, o que favorece a Getúlio concretizar o golpe que aconteceu em 1937.

⁷⁴ PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes. Editora Brasiliense, 1990

⁷⁵ Ibid. p. 114

⁷⁶ SKIDMORE, Thomas e. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ª edição; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

⁷⁷ Ibid

A segunda fase do governo Vargas, pega um novo recorte relativo à situação da política internacional, já que após várias negociações com o governo norte-americano, atreladas a conquistas como a instalação do projeto siderúrgico de Volta Redonda e o equipamento do Exército, o Brasil sai de uma posição neutra para se unir aos Aliados na Segunda Grande Guerra⁷⁸. Enquanto isso sua política interna é caracterizada pelo “pacto social”, funcionando através da instituição da Justiça do trabalho, e o desenvolvimento da atuação ministerial na área previdenciária⁷⁹.

Nos discursos proferidos Vargas demonstra preocupação de estabelecer um vínculo emocional com os trabalhadores, numa forma de acordo pessoal entre Getúlio e cada trabalhador. E a forma de concretização desse laço sentimental, foi estabelecido por meio de benefícios doados, uma espécie de “tudo para o povo, mas nunca pelo povo”. Mas para funcionar é preciso forçar a participação do maior número possível de pessoas ao pacto. Getúlio consegue entender que precisa conquistar o povo, e que dominando a massa trabalhadora ele teria maior poder de barganha ao discutir com as elites industriais.

Como recente produto de interesse norte-americano, o Brasil encontrou-se também no centro da moda mundial que o diga o turbante cheio de badulaques de Carmem Miranda, e o simpático Zé Carioca um papagaio gente boa, muito amigo do pato Donald, em uma clara política de a “Good Neighbor Policy”⁸⁰, ou política da boa vizinhança, levada a cabo pelo presidente Franklin Roosevelt, a partir de 1933, com relação à América Latina, que de certa forma vinha se aproximando muito mais do que se queria da Alemanha Nazista.⁸¹

Alguns historiadores afirmam que o Estado Novo foi uma criação da mídia⁸², o primeiro grande golpe de marketing utilizado no Brasil, com seu sistema de rádio fusão chegando a todos os recantos do país, aliado a uma censura minuciosa dos meios de comunicação de massa e a institucionalização da propaganda do governo⁸³. Entretanto não podemos nos enganar, afinal de contas o Estado Novo por definição é:

⁷⁸HOBSBAMW, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914/1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

⁷⁹ GOMES, Ângela de Castro. Op. cit.

⁸⁰ HOBSBAMW, Eric. Op. cit.

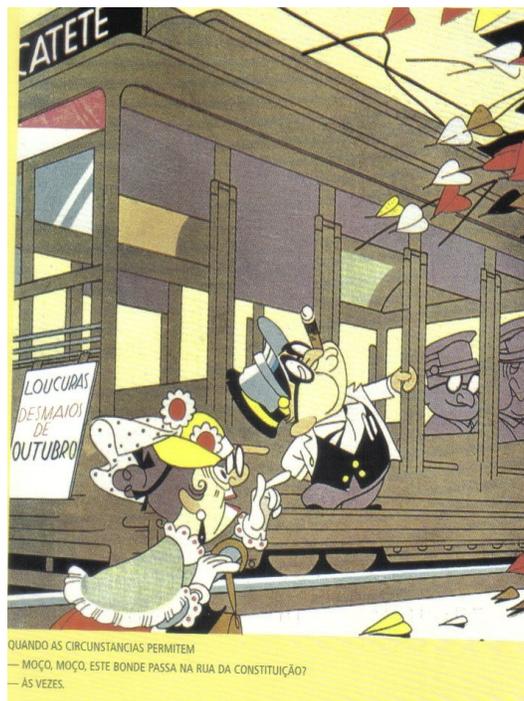
⁸¹ Ibid

⁸² GOMES, Ângela de Castro. Op. cit.

⁸³ GOMES, Ângela de Castro. Op. cit.

Nome com que é tradicionalmente designado na historiografia brasileira o período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o golpe de estado de 10 novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945.⁸⁴

Mas se os aspectos das conjunturas internacionais e nacionais propiciaram a permanência de Vargas em seu primeiro governo – 1930 a 1945, a participação do Brasil durante a Segunda Guerra lutando contra o fascismo italiano e alemão - teoria política muito apreciada por Getúlio e parcialmente aplicada no Brasil - acabou por expor todas as contradições do populismo brasileiro⁸⁵. Sem contar que as oligarquias, que inicialmente não tinham estrutura para lutar por mais autonomia, tiveram quinze anos de prosperidade para agora criticar um governo central tão forte.



86

⁸⁴ ABREU, Alzira Alves de...[et al.] (coordenação) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro, Ed. Ver e atual. Editora FGV; CPDOC, 2001, II v. p. 2037, verbete Estado Novo.

⁸⁵ SKIDMORE, Thomas e. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ª edição; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

⁸⁶ Charge 04“a charge chama atenção para a sinuosidade da trajetória política de Vargas em face a legalidade, que alterna passagens ditatoriais e democráticas. J. CARLOS. Careta, ano 43, nº2202, 9/9/1950” LEMOS, Renato (org). Op. cit. p. 75

Vargas foi perdendo aos poucos suas bases de sustentação política. Vargas é deposto através de um golpe no dia 29 de outubro, organizado pelo Alto Comando do Exército. No dia seguinte, o presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a presidência da República, e em janeiro de 1946 a passa ao candidato vitorioso nas eleições, Eurico Dutra⁸⁷. No entanto, para a infelicidade dos conspiradores, e comprovando importância do marketing pessoal de Vargas e do movimento queremista⁸⁸, Getúlio foi reeleito de forma democrática nas eleições de 1950.

Em seu segundo Mandato, Vargas teve que abandonar sua postura de equilíbrio – marca de seu primeiro mandato - e escolher um lado específico para se apoiar, que ficou sendo os trabalhadores urbanos, chamando para ser Ministro do Trabalho o futuro presidente João Goulart. Foi Jango quem preparou a proposta de dobrar o salário mínimo, devido à grande perda de seu poder aquisitivo nos anos anteriores. As conspirações foram continuando, até que num acontecimento único na história Vargas consegue adiar um novo movimento golpista por quase 10 anos. Com um tiro no peito, uma carta lida⁸⁹ no rádio para o Brasil, o “pai dos pobres” em atitude desesperada para “salvar” seu povo, dá o seu sangue e “sai da vida para entrar na história” causando imensa comoção social no país, fazendo com que seus opositores declarados fossem perseguidos e seus protegidos políticos se destacassem no cenário nacional.

Depois, a melhor explicação que achei para o suicídio de Getúlio foi um artigo na revista L'Esprit, de Paris, que tinha o título “O suicídio como arma política”, em que o autor mostrava que, com seu gesto Getúlio Vargas tinha conseguido dominar, paralisar, desmoralizar a conspiração que pretendia alijá-lo do poder.⁹⁰

Jango sobe ao poder de forma tangencial, em um modelo eleitoral diferente do atual. Tanto nas eleições de 1955 e de 1960, Jango se candidata a vice-presidência e é eleito. Juscelino Kubitschek assume como Presidente e evita depender de Jango no seu

⁸⁷ ABREU, Alzira Alves de...[et al.] (coordenação) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro, Ed. Ver e atual. Editora FGV; CPDOC, 2001, v. V, verbete Getúlio Vargas.

⁸⁸ Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome "queremismo" se originou do slogan utilizado pelo movimento: "Queremos Getúlio". Idem, v. IV, verbete queremismo.

⁸⁹ [Ver Carta Testamento](#)

⁹⁰ SILVA, Evandro Lins e. Op. cit. p. 295

relacionamento com a classe trabalhadora⁹¹, tentando seguir um via autônoma de relacionamento com o operariado. Porém, Juscelino não deixava de consultar Jango que possuía um histórico entre o meio sindical.

No caso de Jânio Quadros, um anti-getulista notório, a posição de Jango na vice-presidência foi mais conturbada. Este governo, com uma postura econômica conservadora, visava agradar o Fundo Monetário Internacional⁹², mas em relação ao plano político buscava uma forma independente no seu relacionamento e diplomacia internacional⁹³. Dentro desse contexto, Jânio Quadros envia João Goulart em uma missão oficial ao Leste Europeu e ao Oriente, na qual é destacada pela mídia nacional o encontro do vice-presidente do Brasil com Mao Tsé-Tung presidente da comunista República Popular da China. Quando Jango encontrava-se visitando Cingapura, ele foi avisado da renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, e da posse interina em sua ausência do presidente da Câmara dos Deputados Pascoal Ranieri Mazzilli. A renúncia abriu uma crise sem precedentes no país, onde uma forte ala anti Jango e anti-comunista dentro e fora do exército, pressionou para impedir a volta dele ao Brasil e a sua posse na presidência, e os que defendiam a manutenção da legalidade e o fiel cumprimento da Constituição.

O principal foco de resistência ao veto militar localizou-se no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, o governador Leonel Brizola, contando com o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército, iniciou uma campanha de alcance nacional pela posse de Goulart.⁹⁴

Em outros cenários políticos, a ala mais radical do exército também encontrou forte resistência, principalmente nos setores intelectual, operário e estudantil, sem contar com a postura legalista dos governadores do Paraná e de Goiás⁹⁵. Nem no Congresso o apoio foi unânime, já que não foi aceito pelos parlamentares o pedido de impedimento de

⁹¹ ABREU, Alzira Alves de. [et al.] (coord). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro, Ed. Ver e atual. Editora FGV; CPDOC, 2001, v III. Verbete Kubitschek, Juscelino. p.2961

⁹² SKIDMORE, Thomas e. Op. cit.

⁹³ Ibid

⁹⁴ PAULA, Christiane Jalles de. O Segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória. In A trajetória política de João Goulart; módulos e artigos, <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

⁹⁵ Ibid

Jango. Na verdade, o parlamento apresentou uma proposta conciliadora, a implantação de um regime parlamentarista⁹⁶, onde Goulart assumiria a presidência, mas não teria todos os seus poderes políticos disponibilizados. Com essa solução temporariamente estabelecida, Jango retorna ao país, assume a presidência, porém só vê seu poder completamente restituído em janeiro de 1963, através de um referendo popular que determina o retorno ao presidencialismo no país⁹⁷.

Já em uma situação política de relativa normalidade, Jango começa a organização para a implantação das famosas reformas de base. Elas visavam modernizar o país por meio da eliminação dos traços de administração arcaicos que impediam o Brasil de desenvolver seu potencial econômico, além de serem os principais fatores que mantinham a enorme desigualdade social brasileira. Essas reformas visavam modificar a estrutura agrária, bancária, administrativa, universitária, urbana e eleitoral⁹⁸. Elas contrariavam os interesses da elite nacional e dos investidores estrangeiros.

A reforma agrária, apesar de não ser feita nos moldes comunistas, aliada a proposta de criação de um Estatuto do Trabalhador Rural estendendo a eles muitos direitos e garantias já positivados na CLT feria muitos interesses da elite agrária nacional, há muito acostumada com seu coronelismo. As reformas bancárias e administrativas tinham por objetivo dar maiores poderes aos setores administrativos públicos, diminuindo o poder das burocracias locais e o poder do capital estrangeiro, pois estabelecia maior controle sobre as transações financeiras, além de limitar as remessas de lucros das empresas transnacionais. Havia também o projeto de reforma urbana, que pretendia regulamentar os setores urbanos, dificultando a especulação imobiliária, e regularizar a situação das favelas⁹⁹ – que diferentemente do que se pensa nessa época possuíam um movimento organizado de defesa de seus interesses. A reforma universitária estava *“contemplando, entre outras questões, a defesa da autonomia universitária e da*

⁹⁶ Ibid

⁹⁷ SKIDMORE, Thomas e. Op. cit.

⁹⁸ Ibid

⁹⁹ ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 2003. p.31

liberdade docente no exercício do magistério, bem como a abolição da vitaliciedade da cátedra”¹⁰⁰. Mais especificamente como sugere o depoimento de Aldo Arantes:

Na verdade, a discussão era primeiro voltar a universidade para o povo brasileiro. Considerava-se, na época, que a universidade era muito elitista, e que era necessário voltar a universidade para o povo. Isso refletindo não só na abertura da universidade para os segmentos mais pobres como também um conteúdo mais voltado para resolver os problemas do conjunto da sociedade. Então, a gente discuti muito, por exemplo: você tem arquitetura muito voltada para a construção de edifícios, de casas de alto poder aquisitivo, então, nós defendíamos a idéia de que a arquitetura se voltasse para resolver e dar soluções para a questão da moradia popular. (...) Enfim, era a idéia de que o currículo estivesse voltado para pensar o Brasil e construir soluções para o país.¹⁰¹

Os estudantes ainda lutavam de forma emblemática desde 1962 pelo direito de participação, com direito a voto, deles e dos funcionários, dentro dos órgãos de direção universitária.¹⁰²



103

¹⁰⁰ HEYMANN, Luciana Quillet. Desafios e rumos da política educacional. In. Módulo na presidência da República; trajetória política de João Goulart; módulos e artigos, <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

¹⁰¹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937 – 2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Relume – Dumará: fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 2007. p. 103

¹⁰² Loc. cit.

¹⁰³ Fotografia 02: Discurso de João Goulart no famoso comício da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964. <http://acertodecontas.blog.br/atualidades/jango-foi-venenado-por-ordem-dos-militares/>

Dentro de uma conjuntura interna crítica, no dia 13 de março de 1964 ocorre o famoso comício da Central do Brasil – muito próximo a Faculdade Nacional de Direito – onde as reformas foram expostas e proclamadas como verdades próximas para uma concentração enorme da população. Tal comício, deixou o Brasil em polvorosa, repercutindo nacional e internacionalmente, atraindo a atenção principalmente dos Estados Unidos, que via aos poucos acontecer com o Brasil o que houve com Cuba. E isso era considerado inadmissível tanto para os norte-americanos quanto para a elite burguesa brasileira, a classe média assustada e a ala de direita da igreja que temia ver seu fim com a possível revolução socialista brasileira.



¹⁰⁴ Fotografia 03: Estudantes do CACO saem em direção ao comício da Central do Brasil, acervo INFOGLOBO. In. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Memórias estudantis, 1937 – 2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Relume – Dumará: fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 2007. p. 139

CAPITULO III

O medo do comunismo, de uma radical redistribuição, tomou conta do Brasil, não só por parte das elites, mas também pela classe média, que vivia desde o governo JK os anos dourados do consumo¹⁰⁵, conquistando aos poucos a sonhada casa própria e o carro popular. As conspirações foram se avolumando, até que o exército toma para si a tarefa administrar o país. Então, na madrugada do dia primeiro de abril, o golpe foi para as ruas, saíram do Estado de Minas Gerais as tropas do general Olímpio Mourão Filho rumo ao Rio de Janeiro¹⁰⁶, e, assustadoramente, sem nenhuma resistência organizada real, o Brasil quedava inerte sob os tanques militares¹⁰⁷. Houve até uma tentativa ineficaz de organização de uma greve geral articulada pelo Comando Geral dos Trabalhadores.

João Goulart embarca para Brasília e depois para Porto Alegre, dando esperança a ala democrática brasileira de que haveria luta, pois no sul encontrava-se um de seus principais defensores e organizador da cadeia da legalidade¹⁰⁸ Leonel Brizola que já estaria compactuando com oficiais do exército para garantir a restauração da ordem tal como ocorrera em 1961. Todavia, Jango prefere se exilar no Uruguai a partir para um confronto militar.

De repente, o choque. O movimento militar, apoiado por políticos e por manifestações religiosas e anticomunistas da classe média, derrubou o governo com simples movimentação de tropas. O governo, os generais do povo, os sindicatos, os partidos e os movimentos de esquerda, todos desapareceram, evaporaram, não ofereceram resistência. À primeira surpresa acrescentou-se outra: os militares não passaram o poder a seus aliados políticos como era a praxe. Vieram, viram, venceram e ficaram.¹⁰⁹

¹⁰⁵ SKIDMORE, Thomas e. Op. cit.

¹⁰⁶ Ibid

¹⁰⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria Fontes. História do Brasil Recente 1964-1992.s/l, Editora Ática, 2001

¹⁰⁸ Foi então formada a Cadeia da Legalidade, rede de mais de cem emissoras de rádio que exortava a população a se mobilizar em defesa da posse de Goulart. Ver melhor em PAULA, Christiane Jalles de. O Segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória. In A trajetória política de João Goulart; módulos e artigos, <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

¹⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p.07 et. seq.



110

Inicialmente, acreditava-se que os militares fariam o papel de expurgadores da nação, entrariam em campo para eliminar a “ameaça comunista”, limpariam as instituições públicas dos subversivos e depois tranquilamente voltariam para seus quartéis, devolvendo o poder político aos legítimos representantes da dita “sociedade de bem”¹¹¹. Não foi em vão que na mesma cidade do Rio de Janeiro, que viu cair sobre si os tanques do golpe, logo no dia 02 de abril de 1964, não só manteve a sua Marcha da família com Deus e pela liberdade¹¹², como a utilizou como forma de comemoração ao afastamento do fantasma do comunismo.

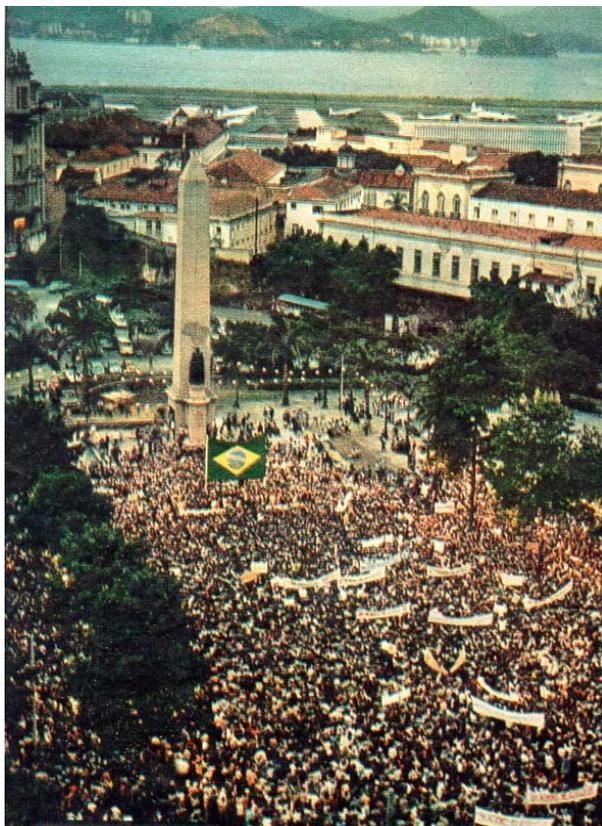
A iniciativa da Marcha da Família repercutiu-se em outras capitais, mas já após a tomada do poder pelos militares, o que as tornou conhecidas

¹¹⁰ Fotografia 04: Avenida Presidente Vargas (RJ) no dia do Golpe, 31 de março de 1964. (Arquivo Nacional/ ph fot 5609 18) pode ser visto também no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> → João Goulart → Trajetória política → Galeria de fotos → módulo: radicalização ideológica e o golpe militar.

¹¹¹ Ibid.

¹¹²“Movimento organizado no início de 1964 com a finalidade de sensibilizar a opinião pública contra as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo João Goulart. Congregou setores da classe média temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República. Dissolveu-se pouco depois do movimento político militar de 31 de março de 1964. Segundo seus articuladores, o movimento da Marcha da Família foi uma resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março (...) O movimento consistiu numa série de manifestações, ou “marchas”, organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas. A primeira dessas manifestações ocorreu em São Paulo, a 19 de março (...) contou com a participação de cerca de trezentas pessoas (...) terminou na praça da Sé, com uma missa “pela salvação da democracia””. Ver melhor em ABREU, Alzira Alves de...[et al.]. Op. cit, 3 v. p. 3551 et. seq. Verbete Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

como “marchas da vitória”. A marcha do Rio de Janeiro, articulada pela Camde [Campanha da Mulher pela Democracia] levou às ruas cerca de um milhão de pessoas no dia 2 de abril de 1964.¹¹³



114

Mas se por um lado houve um forte apoio civil ao golpe, por outro, setores ligados aos movimentos sociais foram contrários¹¹⁵. Tais setores foram os primeiros a serem perseguidos no imediato pós-golpe. Os principais líderes dos movimentos sindicais, das favelas¹¹⁶, foram fichados, presos, interrogados, e alguns torturados outros “sumidos” nos porões da Ditadura¹¹⁷. Entretanto, havia um setor muito ativo nas querelas

¹¹³ Ibid. p. 3552

¹¹⁴ Fotografia 05: Marcha da Família com Deus pela Liberdade no rio de janeiro no dia 2 de abril de 1964. (CPDOC/FGV/ R251 Fatos e Fotos Gente, vol.04, n.167/167, abr 1964), pode ser visto também no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> → João Goulart → Trajetória política → Galeria de fotos → módulo: radicalização ideológica e o golpe militar.

¹¹⁵ ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 2003.

¹¹⁶ Ibid

¹¹⁷ Arquidiocese de São Paulo, projeto Brasil Nunca Mais. Um relato para a História: Brasil nunca mais. Editora Vozes Ltda., Petrópolis – RJ, 1985.

sociais, os estudantes que ao mesmo tempo eram, de certa forma, protegidos das agruras do sistema.¹¹⁸ Essa categoria e seus líderes, tanto à nível secundarista quanto à nível universitário perpassavam diferentes classes sociais, sem contar que possuíam a benevolência da sociedade com seus mecanismos de mobilização política.

A história das organizações estudantis no Brasil é bem antiga, e data praticamente da fundação das escolas e faculdades no Brasil, como podemos ver no caso da Faculdade de Direito de São Paulo, que foi criada junto com a Faculdade de Direito da Universidade de Recife, um dos mais antigos e tradicionais estabelecimentos do ensino superior no Brasil, pela Lei de 11 de agosto de 1827, sob o primeiro Reinado. Porém desde o início, seus alunos mostravam alguma forma de organização para lutas que objetivavam melhorias institucionais internas tanto quanto mudanças estruturais a nível nacional:

Em 1827, poucos anos após a proclamação da Independência do Brasil, foi criada a Academia de Direito de São Paulo, como instituição-chave para o desenvolvimento da Nação. Era pilar fundamental do Império, pois se destinava a formar governantes e administradores públicos capazes de estruturar e conduzir o país recém-emancipado (...). Da Faculdade de Direito, de seus estudantes ou de seus egressos, partiram os principais movimentos políticos da História do Brasil, desde o Abolicionismo de Joaquim Nabuco, Pimenta Bueno e Perdigão Malheiro e do Movimento Republicano de Prudente de Moraes, Campos Salles e Bernardino de Campos.¹¹⁹

O primeiro Congresso Nacional de Estudantes data de 1910, sendo que o segundo Congresso é de dezembro de 1938, e dele participaram cerca de oitenta associações universitárias e secundaristas¹²⁰. Há dúvidas sobre qual seria o ano de fundação da União Nacional dos Estudantes, se teria sido criada em 1937 com todo apoio federal - entrando no mesmo sistema de sindicatos de carimbo de Vargas, ou seja, possuindo chancela governamental, mas se abstendo de tratar de assuntos políticos em suas deliberações -, ou se teria sido criada em 1938, após o segundo Congresso Nacional de Estudantes, como

¹¹⁸ MOREL, Regina Lúcia de Moraes; GOMES, Ângela Maria de Castro; e PESSANHA, Eline Gonçalves da Fonte (orgs). Sem medo da utopia: Evaristo de Moraes Filho arquiteto da sociologia e do direito do trabalho no Brasil. São Paulo, LTr, 2007.

¹¹⁹ http://www.direito.usp.br/faculdade/index_faculdade_historia_01.php

¹²⁰ ARAUJO, Maria Paula Nascimento Op. cit. p. 24 et. Seq.

forma de impedir um controle federal sobre as entidades deliberativas estudantis¹²¹. Mas de qualquer forma podemos tomar o depoimento de Irum Sant'Anna sobre o espírito inicial de criação da UNE:

Nós queríamos fazer uma entidade de estudantes, cuidando dos interesses dos estudantes, mas, ao mesmo tempo, uma entidade política, democrática, que estivesse, desde o início, lutando por todos os interesses nacionais. Surgiam, naquela época, a luta pela siderurgia nacional, a luta pelo petróleo nacional e, posteriormente, a luta contra a bomba atômica, a luta do Petróleo é nosso. (...) A UNE ultrapassou tudo que nós sonhávamos.¹²²

E, foi exatamente nesse espírito que não só a UNE, mas diversas outras associações estudantis resolveram fazer parte da história e não apenas esperar o tempo passar até se tornarem adultos¹²³. A disponibilidade de tempo, a disposição física para as lutas, aliada à capacidade de organização interna e à pressão dentro das famílias que os estudantes possuíam, foram características rapidamente percebidas dentro dos movimentos sociais¹²⁴. Nesse sentido, ainda, podemos acrescentar as situações sociais nacionais, onde a educação formal era muito valorizada e respeitada dada ao fato que ela chegava a muito poucas casas.

Assim, um estudante poderia se fazer ouvir não só dentro de casa e de sua vizinhança, mas também dentro das classes mais desfavorecidas. Esse potencial explosivo, associado à famosa rebeldia juvenil, que se acredita certa e invencível, tornou-se desde cedo um foco de tensão dentro dos governos¹²⁵. Se por um lado, desde Washington Luís a “sociedade” concordava que pobreza era caso de polícia, e que raramente havia qualquer protesto quando a violência era utilizada contra as classes mais baixas, o mesmo não se podia dizer quando a polícia enfrentava os estudantes, pois a frase que sempre surgia era a mesma que se fez ouvir quando mataram o estudante Edson

¹²¹ Loc. cit

¹²² Ibid. p. 27

¹²³ Ibid

¹²⁴ LARA, Sílvia HGunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). Direitos e Justiça no Brasil. Editora Unicamp, Campinas – RJ, 2006

¹²⁵ LINHARES, Maria Yeda (Org.). Op. cit.

Luís¹²⁶ em 1968: “*mataram um estudante, que poderia ser filho de qualquer um de vocês*”. Os arroubos da juventude deveriam ser punidos em casa ou na escola, e nunca na polícia.

Não é afirmado aqui que antes de 1964 não existiam conflitos físicos entre as forças repressoras do Governo e dos estudantes, mas o que foi constatado é que até esta data havia, um certo receio quanto à possibilidade do uso da violência em relação a este setor social. Essa afirmativa pode ser bem exemplificada através de fato marcante ocorrido na Faculdade Nacional de Direito, na década de 50, quando em um protesto contra o aumento da passagem do preço do bonde, a FND foi cercada pela polícia¹²⁷, e os estudantes passaram a jogar as cadeiras de ferro em cima da cavalaria que queria então invadir a faculdade para prendê-los¹²⁸. O ex-diretor da faculdade e na época Reitor da Universidade do Brasil – também conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro – usou sua célebre frase: “*Não! Aqui policial só entra com vestibular*”¹²⁹. O respeito estendia-se até ao lugar do ensino, dessa forma a polícia acabou por não invadir a faculdade.

É preciso ressaltar que não estamos falando de qualquer instituição educacional, mas da Faculdade Nacional de Direito da Universidade de Brasil, analisando o nome à época oficial da instituição – perdido em 1967 durante a ditadura, mas conseguindo ser recuperado em 2000. Esse nome demonstra uma importância política imensa, representa o ensino universitário nacional, não só de aspecto regional, e ele permaneceu mesmo com o Rio de Janeiro tendo deixado de ser capital do país, talvez porque o Rio ainda mantivesse sua importância política, cultural e social ainda muito forte no imaginário nacional.

A instituição em questão foi o resultado da fusão de duas outras escolas de Direito do Rio de Janeiro¹³⁰. Uma foi a terceira faculdade de Direito do Brasil, criada 1882, mas

¹²⁶ Será visto no capítulo 4

¹²⁷ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. CACO: 90anos de história. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. p. 117

¹²⁸ Loc. Cit.

¹²⁹ Loc. Cit.

¹³⁰ <http://www.direito.ufrj.br/> em instituição

que conseguiu obter autorização para funcionar somente em 1991, e era chamada de Faculdade Livre de Ciências [sic.] Jurídicas e Sociais [sic.] do Rio de Janeiro¹³¹. A segunda foi denominada Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, sendo esta fundada em 1891¹³². Ambas eram de iniciativa privada, particulares, que posteriormente foram estatizadas. A fusão ocorreu em 1920.

Em 1907, a Faculdade Livre já possuía um centro de estudantes que chegou a representar os discentes da instituição numa convenção de estudantes no Uruguai em 1911¹³³. No entanto, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira foi fundado em 1916, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Nessa época, era um Grêmio Jurídico e Literário [sic.] na antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro¹³⁴. Desde 1916, o CACO foi sendo considerado destaque dentro do movimento estudantil universitário do país, chegando a participar da criação e instituição da Casa do Estudante do Brasil¹³⁵, através de sua participação dentro da Federação Acadêmica do Rio de Janeiro.

Em 1931, quando finalmente a Universidade do Brasil criou um Diretório Central de Estudantes, o CACO participou ativamente tanto da fundação quanto das práticas estudantis implementadas pela instituição¹³⁶. Inicialmente, durante a fusão das faculdades o CACO manteve suas atividades, mas havia também um Diretório Acadêmico que cuidava dos assuntos político-administrativos dos estudantes¹³⁷, e somente em 1943 é que o Centro Acadêmico e o Diretório Acadêmico foram unificados, representando assim politicamente e culturalmente os estudantes da Faculdade Nacional de Direito¹³⁸.

¹³¹ Ambas já citadas na página 27

¹³² <http://www.direito.ufrj.br/> em instituição

¹³³ Ibid

¹³⁴ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 14

¹³⁵ “A Casa do Estudante do Brasil era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes.” Para maiores explicações ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. p. 23

¹³⁶ ABREU, Alzira Alves de...[et al.]. Op. cit, 2 v. p. 1307. Verbete Centro Acadêmico Cândido de Oliveira..

¹³⁷ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 26

¹³⁸ ABREU, Alzira Alves de...[et al.]. Op. cit, p. 1307.

Dentre as numerosas campanhas estudantis que o CACO participou, destacam-se o movimento que pressionou a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a mobilização em defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo no início da década de 1950 e, em 1959, o apoio à decisão do presidente Juscelino Kubitschek de não atender às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), por contrariarem a política nacional-desenvolventista¹³⁹.

Um outro combate importante articulada pelo CACO e que aumentou imensamente o prestígio do Centro Acadêmico foi na luta pela legalidade onde segundo Walter Oaquim¹⁴⁰:

Nós tomamos uma posição clara, fomos para a faculdade e a ocupamos. Fizemos as “noites de vigília”. Foi fantástico, porque durante o dia iam os deputados, a sociedade civil. O CACO passou a ser um grande centro de resistência no Rio. Com a “rede da legalidade” do Brizola no sul e a sua vitória, o CACO adquiriu enorme liderança como grande centro acadêmico do país¹⁴¹.

Tese essa reforçada por Aldo Arantes¹⁴² “*Você tinha um centro irradiador do movimento estudantil, que era a Universidade do Brasil e, particularmente, a Faculdade de Direito, que tinha o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO)*”¹⁴³ Sendo que o movimento estudantil do Rio de Janeiro era uma referência nacional, tanto pelo número concentrado de centros acadêmicos quanto pelo elevado grau de politização e mobilização que conseguiam articular.

A participação dos alunos do CACO na vida política do país, em alguns casos foi mais do que simples retórica, pois durante a Segunda Guerra Mundial uma das maiores manifestações a favor da entrada do Brasil na guerra saiu da FND, onde os alunos e alguns populares fizeram uma passeata do Campo de Santana até o Palácio Guanabara

¹³⁹ Loc. cit.

¹⁴⁰ “Presidente do CACO em 1963 foi suspenso e perseguido por seu intenso engajamento pela democracia no Brasil e pela autodeterminação de Cuba e Angola. Advogado da União aposentado, formado em 1964 pela FND em 1964”

Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 127

¹⁴¹ Ibid. p. 128

¹⁴² Um dos mais famosos presidentes da UNE, ELEITO EM 1961, é até hoje militante do Partido Comunista Brasileiro e parlamentar de Goiás. Na época estudava direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Para saber mais ver: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. p. 98

¹⁴³ Loc. cit.

exigindo que Getúlio abdicasse de sua política de neutralidade ¹⁴⁴ e partisse para uma retaliação sobre os navios mercantes afundados em costas brasileiras¹⁴⁵. A UNE, nesse momento, também lutava pela adesão do Brasil à causa dos aliados, tanto que a famosa sede da UNE, que foi incendiada¹⁴⁶, foi na verdade fruto do pedido dos estudantes da UNE para que Vargas cedesse o local à entidade e que fechasse o clube germânico que lá ocupava¹⁴⁷.

Outra ação contra os países do Eixo, levada a cabo pelos estudantes, ainda em 1942, foi a ocupação do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro que veio se tornar a sede da UNE. (...) Segundo José Talarico, o Clube Germânia fazia de forma ostensiva, ruidosas comemorações a cada vitória militar do Eixo (...) Talarico e Luis Paes Leme encabeçaram uma comitiva de estudantes que encaminhou a Getulio Vargas uma solicitação de fechamento do Clube Germânia, que seria ocupado pelas entidades estudantis (...) prédio foi ocupado pelos estudantes e suas principais entidades: UNE, Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Brasil¹⁴⁸.

Cabe registrar, ainda que, assim como membros de outros grêmios acadêmicos houve campanhas para o alistamento voluntário dos estudantes para irem lutar na Europa¹⁴⁹. Esses anos de destaque na vida política nacional e de experiência no movimento estudantil foram de extrema importância para os momentos do imediato pós-golpe, já que o fato de ser um foco de movimentos sociais há décadas possibilitou que a instituição Faculdade Nacional de Direito atraísse para si, junto com algumas outras instituições e lugares estratégicos, as atenções tanto das pessoas que buscaram resistir ao golpe militar¹⁵⁰, quanto dos grupos que apoiaram a “Revolução de 1964”¹⁵¹.

¹⁴⁴ “Ao se iniciar a guerra na Europa, as relações internacionais do Brasil caracterizavam-se por uma política de equidistância pragmática que consistia, basicamente, na aproximação simultânea com os Estados Unidos e a Alemanha. Entretanto, diante da evolução do conflito europeu e do esgotamento de seus recursos de barganha, o Brasil tornou-se cada dia mais comprometido com os preparativos norte-americanos para a entrada na guerra ao lado dos Aliados.” <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

¹⁴⁵ SKIDMORE, Thomas e. Op. cit

¹⁴⁶ Será tratado na próxima página.

¹⁴⁷ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. p. 37

¹⁴⁸ Loc. cit.

¹⁴⁹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. e Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit.

¹⁵⁰ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. passim

¹⁵¹ Até dentre os apoiadores dos militares há uma divergência sobre o termo Revolução,



152

Com o golpe nas ruas, e na iminência da chegada das tropas militares revoltosas ao Rio de Janeiro¹⁵³, alguns lugares da antiga capital onde João Goulart se encontrava atraíram grande atenção¹⁵⁴. Como podemos ver na fotografia acima, que mostra o Palácio da Guanabara, em 31 de março de 1964, cercado por militares, que o preparavam como uma forma de barricada, esperando por uma batalha que não “tardaria a acontecer”. Se de um lado as pessoas que eram fieis a Jango ou a legalidade, e que defendiam a permanência do presidente eleito no poder, buscavam lugares onde sua presença pudesse ser útil aos movimentos de resistência que pretensamente viriam. Por outro, pessoas favoráveis ao golpe, que objetivavam a vitória do mesmo, se dirigiram aos possíveis locais de resistência para impedir sua plena organização até que o contingente militar pudesse eliminá-los, garantindo assim a revolução.

¹⁵² Fotografia 06: Militares no Palácio da Guanabara (RJ) em 31 de março de 1964.(Arquivo Nacional/ ph fot 5609 21), pode ser visto também no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>→ João Goulart → Trajetória política → Galeria de fotos → módulo: radicalização ideológica e o golpe militar.

¹⁵³ SKIDMORE, Thomas e. Op. cit

¹⁵⁴ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit

CAPITULO IV

As tropas de Olímpio Mourão Filho estavam em marcha, os favoráveis ao golpe, ou simplesmente os contrários a João Goulart saíam às ruas para dar apoio a Revolução. E, após a notícia do levante dos militares, seus membros e alguns militantes se deslocaram para todos os locais possíveis de se fazer um movimento de resistência. No caso a direção da UNE, resolveu montar uma vigília em sua sede. Como contou em seu depoimento Ferreira Gullar¹⁵⁵:

Na noite do dia 31 de março convergiram para a sede da UNE intelectuais e artistas de tudo quanto é área: da música, do teatro, do cinema, da literatura. E o objetivo era, ao mesmo tempo, ficar em alerta com relação ao que estava acontecendo, mobilizar a opinião pública e ver o que fazer diante do desfecho, do andar do golpe.¹⁵⁶

Durante a vigília o prédio foi metralhado, os disparos foram atribuídos aos partidários de Carlos Lacerda – forte opositor de Jango -, mas como a extensão do golpe ainda era uma incógnita os “vigilantes” da UNE, pediram apoio ao Comando da Aeronáutica do Rio de Janeiro, que por incrível que pareça, enviou soldados para protegerem o prédio¹⁵⁷ - demonstrando que ainda havia divergências dentro das forças armadas. Os manifestantes então resolveram organizar um sistema de revezamento. Uma parte do grupo voltou para descansar em suas próprias casas e um grupo de cerca de trinta pessoas permaneceram no prédio¹⁵⁸. Quando chegaram mais informações sobre o andamento do levante militar, elas eram tão assustadoras que os remanescentes resolveram abandonar o prédio, que pouco tempo depois foi saqueado e incendiado¹⁵⁹. Assim, a prova de que o levante militar estava se mostrando vitorioso, veio por meio da fumaça que se fazia enxergar de longe da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente do número 132 da Praia do Flamengo, o prédio que abrigava a sede da UNE

¹⁵⁵ Poeta brasileiro nascido em São Luís, Maranhão

¹⁵⁶ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. p. 150

¹⁵⁷ Loc. cit.

¹⁵⁸ Loc. cit.

¹⁵⁹ Loc. cit.



160

Enquanto isso, na Rua Moncorvo Filho número oito, outra vigília foi articulada. Imbuídos do mesmo espírito de 1961, com o qual participaram e saíram vitoriosos da luta pela legalidade¹⁶¹, os estudantes de Direito da Faculdade Nacional de Direito, junto com os membros de seu Centro Acadêmico, resolveram organizar ali um centro de resistência¹⁶², que como já foi visto no capítulo anterior também atraiu outras pessoas descontentes com o golpe, como intelectuais de esquerda e membros de movimentos sindicais. Mas, se por um lado a FND não teve seu edifício queimado, isso não significa que ela havia sido esquecida pelos elementos repressores. Na realidade uma tragédia, ainda maior, foi evitada a muito custo, e por pouco muitos estudantes não foram mortos no dia primeiro de abril de 1964. De acordo com, Walter Oaquim: *“Nós prevíamos o golpe, mas confiávamos nos setores legalistas. Nós ainda resistimos a noite do dia 31 de março para 1º de abril e acabou sendo o CACO o último local a resistir.”*¹⁶³.

A vigília foi se estendendo durante a noite, e os cerca de trezentos estudantes cada vez mais ansiosos continuavam esperando as informações sobre as tropas que deveriam sair do sul em direção ao Rio para garantir que o levante militar mineiro não se

¹⁶⁰ Fotografia 07: madrugada do dia 31 de março para o da 1º de abril de 1964 da sede da UNE em chamas. http://juventudedoaraguaia.zip.net/arch2007-02-25_2007-03-03.html

¹⁶¹ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 128

¹⁶² Ibid. p. 134

¹⁶³ Loc. cit.

concretizasse¹⁶⁴. Mas, as tão esperadas notícias salvadoras não chegavam – nunca chegaram¹⁶⁵. O que apareceu pelas cercanias foi à polícia, que de forma já violenta e repressora disparou projéteis de arma de fogo contra a fachada do prédio e atirou bombas de gás lacrimogêneo. Os estudantes para se defender conseguiram ainda fechar as portas e janelas da Instituição¹⁶⁶.

Foi quando vimos a cena, kombis, viaturas da Polícia Civil, a tal “polícia do Lacerda” e grupos paramilitares com as armas apontadas para o CACO, civis já feridos, gente fugindo para o Campo de Santana, estudantes trancados no prédio – mas já atingidos através de vidraças e portas – gás lacrimogêneo¹⁶⁷.

O massacre não se efetivou graças à intervenção do Capitão Ivan Proença, que no dia do golpe estava no comando da Guarda do Ministério do Exército, sendo o responsável pela região onde fica o largo do CACO. Como se lembra Walter Oaquim, que participou da vigília na FND:

Foi quando apareceu um tanque, que parou na porta da faculdade. Eu ainda falei para o Ariberto Miranda Jordão: “Será que agora vão atirar na gente de tanque?” Saiu um oficial com megafone pedindo aos policiais que se retirassem ou ele atiraria. Era o Ivan Cavalcanti Proença. Ele disse que ia retirar os estudantes da faculdade (...) fomos falar com ele que disse: “Eu sou capitão e esse é o ultimo carro da legalidade. Vou voltar pra ser preso. Não adianta vocês pedirem mais nada”¹⁶⁸.

E foi assim como previu o Capitão Proença, aquele havia sido o ultimo “carro da legalidade”, que conseguiu salvar os estudantes restantes do ultimo foco inicial de resistência que ficava no largo do CACO; e, quando ele voltou ao quartel foi preso, sendo posteriormente cassado, Nem mesmo seu pai sendo general do Exército¹⁶⁹ conseguiu impedir que ele continuasse sendo observado e perseguido em sua vida civil.

¹⁶⁴ Loc. cit.

¹⁶⁵ SKIDMORE, Thomas e. Op. cit

¹⁶⁶ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 134

¹⁶⁷ Ibid. 152

¹⁶⁸ Ibid. 134

¹⁶⁹ Ibid. 151 et. seq.

A notícia de que nem mesmo Jango quis confrontar o golpe, foi o baque final aos poucas tentativas de oposição¹⁷⁰. Então, aos poucos os manifestantes começaram entender em que novo mundo eles estavam entrando. O medo já foi tomando conta dos militantes de esquerda, já que, durante os anos anteriores haviam sido de grandes embates políticos, onde a exaltação das posições políticas foram plenamente divulgadas¹⁷¹. Ou seja, a democracia foi derrotada, os sonhos das mudanças sócias foram enterrados, e os que militaram na esquerda política e nos movimentos sociais sabiam que poderiam ser – e, que provavelmente seriam perseguidos¹⁷².



173

Os primeiros passos do novo regime no poder já demonstraram a gravidade da situação, fortalecido pela ausência de um levante popular a favor da democracia, e pela rapidez com a qual o levante militar conseguiu se estabelecer no poder¹⁷⁴, no dia 9 de abril de 1964 os Ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica assinam o Ato

¹⁷⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria Fontes. Op. cit.

¹⁷¹ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 135

¹⁷² Loc. cit.

¹⁷³ Fotografia 08: Da esquerda para a direita: ministro do Exército, general Artur da Costa e Silva, ministro da Marinha, Almirante Augusto Rademaker e ministro da Aeronáutica, brigadeiro Francisco Correia e Melo, assinando o Ato Institucional nº1 (AI-1). 09 de abril de 1964.(CPDOC/FGV/ R251 Fatos e Fotos Gente - vol. 04, nº 167/168, abr 1964) ou no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> → João Goulart → Trajetória política → Galeria de fotos → módulo:Exílio no Uruguai.

¹⁷⁴ SKIDMORE, Thomas e. Op. cit

Institucional, que posteriormente ficaria conhecido por AI1¹⁷⁵, já que outros Atos Institucionais foram sendo criados.

A vida na Faculdade Nacional de Direito começou a ficar complicada. Começou uma verdadeira caça as bruxas na universidade, vários alunos notórios líderes de movimento estudantil foram suspensos por motivos político. Professores considerados de esquerda demais ficaram de sobre aviso, as cassações foram se multiplicando dentro das instituições publicas. Mas os militares estavam cumprindo o que haviam prometido: extirpar das instituições públicas os “subversivos” que almejavam dar um golpe socialista no Brasil. Dentro desse contexto a eleição de Fernando Barros¹⁷⁶ na eleição a presidência do CACO 1964 marcou o apoio dos setores estudantis a esquerda:

Mas a nossa eleição, que acredito ter sido a primeira eleição depois do golpe, teve uma grande repercussão nos meios jornalísticos, na mídia, foi uma vitória consagrada sobre a direita. O corpo discente da faculdade votou a favor da democracia, contra a ditadura. Com a vitória logo começaram as incursões policiais da Polícia Militar na Faculdade. A diretoria do CACO foi suspensa varias vezes, mas continuamos lutando sempre.¹⁷⁷

Contrariando os objetivos visados pela suspensão das aulas, muitos desses “elementos de elevada periculosidade” acabavam por buscar refúgio no estabelecimento comercial, fornecedor de bebidas alcoólicas e petiscos, em frente a FND, para passar seu

¹⁷⁵ Composto de 11 artigos, o AI-1 era precedido de um preâmbulo onde se afirmava que, "a revolução, investia no exercício do Poder Constituinte" não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem "atentado" contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública", (...) No dia 10 de abril, junta militar divulgou a primeira lista dos atingidos pelo AI-1, composta de 102 nomes. Foram cassados os mandatos de 41 deputados federais e suspensos os direitos políticos de várias personalidades de destaque na vida nacional, entre as quais João Goulart, o ex-presidente Jânio Quadros, o secretário-geral do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB) Luís Carlos Prestes (...) No dia 14 de abril, o comando revolucionário divulgou nova lista de cassações, incluindo 67 civis e 24 oficiais das forças armadas.(...) Até o fim desse ano o governo prosseguiu em seus expurgos, não admitindo a defesa dos acusados. As listas sucessivas impuseram punições diversas a cerca de 3.500 pessoas - entre as quais o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que se exilou voluntariamente em Paris - enquanto centenas de inqueritos policiais-militares (IPM) eram instaurados para apurar "as atividades

¹⁷⁶ “ Destacou-se pela intensa resistência política como presidente do CACO em 1964(...) trabalhou na Radio Nacional e depois de ter sua candidatura a deputado estadual cassada passou a dedicar-se a advocacia (...) vindo a exercer os cargos de Conselheiro Estadual e Federal da OAB na época da redemocratização do país.” Ver: Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 139-149.

¹⁷⁷Ibid. p. 143

agora ocioso tempo acadêmico. Seguindo o exemplo de Jango, os alunos que foram proibidos de entrar na faculdade passaram a freqüentar mais assiduamente o “Uruguai”¹⁷⁸ - carinhoso apelido com o qual o boteco próximo ficou conhecido. Como é possível ver na imagem abaixo que em momentos de conflitos com a polícia o bar era um bom refugio, ou pelo menos um ótimo lugar de observação.



179

Os alunos continuaram dali a organizar os protestos e manifestações estudantis. As suspensões eram tão famosas e constantes que boa parte da articulação para a eleição da chapa do CACO- Livre de 1966 foi feita no “exílio”¹⁸⁰. Maria Augusta, vice-presidente do CACO 1968 guarda boas recordações do dono do bar, atribuindo a ele atitudes de proteção com relação aos alunos procurados pela polícia:

O sujeito era o máximo! Quando a repressão ficou forte, quando chegávamos no bar, ele falava: “Não vais querer nada hoje, nada!” Era

¹⁷⁸ Ibid. p. 144

¹⁷⁹ Fotografia 09: Tumulto entre estudantes e policiais na ocupação da FND após a derrubada da diretoria do CACO em 12 de abril de 1965. Fotografia Alberto Jacob. Acervo Jornal do Brasil. Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 163

¹⁸⁰ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 144

a maneira dele dizer para sairmos dali porque tinha polícia. Então, exclamávamos, fingindo: “Porra! Que cara grosso!” E a gente saía. Ele tinha uma ligação muito legal conosco. Isso nos dava um sentimento forte em relação aquele lugar. Quando voltei do exílio, a primeira vez que fui lá me senti mal, desmaiei e tudo¹⁸¹.

Entretanto uma triste surpresa para alguns, foi o fato do Diretor da Faculdade Hélio Gomes na opinião de Técio Lins e Silva¹⁸²: *“historicamente um democrata, não um reacionário, mas naquele período ficou muito repressor. Triste, porque não era a história dele. Fato é que ele reprimia muito e tinha um medo muito grande dos militares”*¹⁸³, essa opinião foi corroborada e considerado por diversas entrevistas de ex-alunos ao livro comemorativo dos 90 anos do CACO¹⁸⁴, enfim para alguns estudantes militantes da época o diretor era considerado um simpatizante dos militares, ou apenas medroso.¹⁸⁵ Entretanto, para Evaristo Moraes Filho¹⁸⁶ ele foi um diretor de Faculdade que teve que trabalhar dentro das amarras impostas por um regime autoritário, como podemos ver bem nessa passagem:

Na Faculdade de Direito, por incrível que pareça, o clima era de relativa liberdade. O diretor, Hélio Gomes, um bom homem ligado ao Partido Social Progressista (...) tinha contato com os militares e nos mantinha informados, alertando os demais avisados, para que tomassem cuidado. Só não podia evitar a ação deletéria de professores de direita que denunciaram vários colegas.¹⁸⁷

De qualquer forma o fato é, que em quantos os militares iam cada vez mais se fixando no comando, e tomando medidas que ampliassem seus poderes, complicava proporcionalmente as tentativas de oposição ao Estado Ditatorial. Com a polícia freqüentando habitualmente as paredes da Faculdade, a sala dos professores do terceiro andar foi ocupada para ser uma sede do Inquérito Policial Militar, sendo uma repressão física e ostensiva¹⁸⁸.

¹⁸¹ Ibid. 214

¹⁸² Importante militante do CACO de 1964 a 1968.

¹⁸³ Ibid. p. 239

¹⁸⁴ Ibid. passim.

¹⁸⁵ Ibid. p.

¹⁸⁶ MOREL, Regina Lúcia de Moraes; GOMES, Ângela Maria de Castro; e PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte (orgs). Op. cit

¹⁸⁷ Ibid. p. 153.

¹⁸⁸ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 237

Os professores também passaram e se sentir intimidados, podendo sofrer denúncias a qualquer momento, vindas de qualquer lugar: outros professores, alunos, e agentes infiltrados. E, como sua vinculação com a instituição era através das relações trabalhistas, aliado aos atos institucionais¹⁸⁹ que possibilitaram a suspensão das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e de estabilidade, acabaram por calarem suas opiniões políticas. Enquanto, que os funcionários administrativos, tinham ainda menos segurança em seus empregos, e não possuíam nem voz nem voto nas discussões internas da faculdade. Então, coube aos estudantes a tarefa de levar adiante os movimentos de oposição ao regime. Porém, isso não significa que a divisão entre direita e esquerda dentro do âmbito docente e administrativo não fosse clara e notória, com inclusive admiração entre membros de ideologias conflitantes. Segundo Walter Oaquim a divisão era a seguinte:

Hélio Bastos Tornaghi e Palmeira eram de direita ideológica, Tornaghi, de Processo Penal, era ultradireitista; Hermes Lima e seu assistente, Cantidiano, eram de esquerda; Pedro Calmon, era de centro[sic]. Impossível não gostar dele, fosse de que lado fosse (...); Arnold Wald, de Direito Civil era de centro; Pedro Gondin de direita; Hélio Gomes de centro-esquerda e depois de direita; Haroldo Valladão, de centro-direita. Evaristo, de esquerda; Ferreira de Souza, de centro, mas não se manifestava. A tendência era conservadora. Mas eram todos excelentes professores¹⁹⁰.

Se a situação dos docentes era complicada, principalmente depois que Evaristo de Moraes foi aposentado compulsoriamente¹⁹¹, em setembro de 1969, a situação do CACO também não era nem um pouco estável.

Por ocasião do movimento político-militar de abril de 1964, o CACO, (...) declarou-se em assembléia permanente. A atitude levou à intervenção policial na Faculdade Nacional de Direito, com a destituição da diretoria do centro, que teve seus estudantes detidos e enquadrados em processo disciplinar pela congregação da faculdade. Em eleições realizadas em setembro, o CACO voltaria a formar um novo quadro dirigente (...) contrariando determinação do diretor da

¹⁸⁹ Ato Institucional I, artigo 07 (1964).

¹⁹⁰ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 133

¹⁹¹ MOREL, Regina Lúcia de Moraes; GOMES, Ângela Maria de Castro; e PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte (orgs). Op. cit. p. 164

faculdade, professor Hélio Gomes, que proibira reuniões de estudantes dentro da escola, o centro insistiu em realizar uma assembléia geral, que redundou em nova destituição de sua diretoria e na suspensão por um ano dos alunos que a integravam.¹⁹²

A situação se complicou ainda mais quando o governo militar é firmado o acordo MEC/USAID¹⁹³ “*plano de assistência técnica estrangeira visando implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras (...) anunciava a privatização do Ensino superior no Brasil*”¹⁹⁴. Segundo esse acordo os estudantes brasileiros de universidades públicas teriam agora que pagar anuidades. Compactuando com essa nova postura, também foi promulgada em 1965 a Lei Suplicy de Lacerda, que aumenta enormemente o poder das direções das instituições de ensino, e proíbe a reunião dos estudantes com o intuito de promover debates políticos¹⁹⁵.

Na pratica essa lei impediu que a chapa ligada aos movimentos de esquerda se candidatasse ao CACO, Havendo aí o famoso racha dentro do centro acadêmico. Havendo assim a existência de um CACO oficial numa eleição de chapa única, em que os vencedores receberam cerca de 380 votos a favor e 500 votos nulos, sendo que no caso o voto era obrigatório, quem não votasse pagaria multa e teria restrições no uso do restaurante¹⁹⁶. E, o CACO-Livre, que possuiu uma eleição paralela, no lado de fora da faculdade, onde a chapa de Antonio Serra “ganhou”¹⁹⁷. Alguns integrantes desse movimento, posteriormente o viram como um erro estratégico como Vladimir Palmeira¹⁹⁸ e o Daniel Aarão Reis Filho¹⁹⁹, segundo as palavras do Vladimir:

Houve um problema em 1965, que se chamava Lei Suplicy. Nós adotamos uma tática errada, que era o boicote à lei, de forma que largamos o diretório oficial e concorremos a um diretório que nós criamos (...) com isso, nós entregamos à direita o diretório oficial. E a direita, na tinha força nenhuma, era muito atomizada, passou a ter um

¹⁹² ABREU, Alzira Alves de...[et al.] (coord.). 2 v. p. 1306, verbete Centro Acadêmico Candido de Oliveira.

¹⁹³ United States Agency for International Development.

¹⁹⁴ Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Op. cit. p. 161

¹⁹⁵ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. p. 157

¹⁹⁶ Ibid. 167.

¹⁹⁷ Loc.cit

¹⁹⁸ Ibid. p. 194

¹⁹⁹ Ibid. 250

instrumento de organização e congregação que nós entregamos grátis para ela.²⁰⁰



201

Houve depois a recuperação por parte dos setores de esquerda a presidência do CACO oficial, mas a situação política interna foi se agravando, principalmente quando ocorre a morte do estudante Edson Luís no restaurante calabouço este marco atrai um grande contingente a rua revoltada com esse “assassinato”, tanto que o velório, o enterro e a missa de sétimo dia são marcadas por uma grande adesão popular “*O Vladimir dizia que alguém mais hora menos hora, ia acabar morrendo, porque o nível de violência nas ruas era muito grande*”. Com os protestos se espalhando pela cidade, a passeata dos cem mil marcada, a ala de ultra direita dentro do regime começa a se preocupar. Então quando

²⁰⁰ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. p. 157

²⁰¹ Fotografia 10: Urnas na rua para a eleição da nova diretoria do CACO em 12 de agosto de 1965. Fotografia Evandro Teixeira. Acervo do Jornal do Brasil. in. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit. p. 184.

o deputado Márcio Moreira Alves faz um discurso conclamando a população a boicotar as comemorações do 7 de setembro, há o pedido oficial dos militares para que o Congresso Nacional permita a instauração de um inquérito contra o parlamentar, esse pedido foi inesperadamente negado, então bem no finalzinho do ano de 1968 é promulgado o famoso AI 5, que suprimiu de vez as garantias e os direitos fundamentais, atando por fim as mãos do judiciário, fechando de vez o CACO, e, impondo ou o exílio a a partida para uma luta mais radical contra o regime militar aos membros do CACO.

CONCLUSÃO

Não restam dúvidas de que os movimentos sociais, exatamente pelo seu alto grau de imprevisibilidade, freqüentemente causam medo nas sociedades estabelecidas. Portanto, percebe-se claramente uma eterna tentativa de controlar os anseios da população. No caso do século XX, o grande medo foi que os trabalhadores explorados do mundo se unissem e fizessem uma Revolução proletária de caráter mundial. Para impedir esse acontecimento, os Estados Unidos Da América do Norte se proclamou o defensor do capitalismo, atrelando os conceitos de democracia e liberdade a ele. Dentro desse contexto, eles se sentiram no direito de intervir em todo o globo. O problema foi que o outro grande vitorioso da Segunda Guerra Mundial foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que como seu próprio nome já informa, são repúblicas que abraçaram o sistema socialista de produção. E, elas também resolveram ter como missão internacional a propagação da revolução socialista. Surge assim o grande conflito ideológico que dominará o imaginário mundial durante todo o século.

No Brasil, um país que possui uma das maiores concentrações de renda mundiais, e que apresenta uma boa parte de sua população em péssimas condições sociais, o medo das elites dominantes é ainda maior, afinal quanto maior o numero de explorados maior será a sua força quando eles se organizarem. Quando surge no cenário político nacional, um governo minimamente disposto a rever as estruturas nas quais a sociedade brasileira se apóia, ele é rapidamente alvo de críticas, suspeitas, boicotes e golpes. Claro que a conturbada conjuntura política interna e externa serviu para desestabilizar ainda mais o governo de João Goulart. Que com apoio do governo norte-americano – que atuou de forma similar com o golpe que destituiu Salvador Allende da presidência do Chile em 1973 – deu apoio logístico e financeiro para que a cúpula das forças armadas, descontentes, organizassem um levante militar, depondo o presidente eleito democraticamente no Brasil em nome da “democracia e liberdade cristã”.

Com a subida dos militares ao poder, diversos setores que se encontravam diretamente envolvidos com as reivindicações sociais passaram a ser vigiados, autuados e perseguidos. Os militantes dos movimentos sociais mais precários – como as ligas

camponesas, as associações de moradores das favelas e os sindicalistas – foram rapidamente presos, torturados, e de tal forma desarticulados que se tornaria difícil sua reestruturação, a curto prazo, quanto mais sua mobilização ao ponto de desestabilizar o governo. Contudo, sobraram alguns grupos sociais dissidentes, cujo controle era mais complicado de ser realizado pela repressão: os intelectuais e os estudantes. Dos intelectuais houve a prática sistemática da censura visando impedir a propagação de suas idéias. Em relação aos estudantes, o serviço de inteligência teve que se esforçar ainda mais.

Os estudantes são um grupo social heterogêneo, com diversos relacionamentos sociais que os transformavam em objetos individuais de análise, já que as redes sociais poderiam intervir não só na captura quanto na obtenção de informação. O que a trapalaha era a impossibilidade de prever o grau de poder das redes de relacionamento, ao mesmo tempo que, não havia uma distinção relacionando essa rede ao potencial lesivo ao governo que aquele estudante em particular poderia ocasionar. Dentro dessa análise, foi escolhida a Faculdade Nacional de Direito como exemplo prático de como foi o desenrolar da supressão gradual dos direitos e garantias individuais, dentro de uma instituição federal que congregava os tão temidos estudantes. Sendo que numa situação complexa, pois a Faculdade tinha por obrigação ensinar os mecanismos jurídicos de defesa do indivíduo contra o Estado, como manter ou transformar o *status cor*. Ou seja, os envolvidos nas perseguições conheciam bem os seus direitos e sabiam como utilizá-los e a quem recorrer para vê-los realizados.

Houve então um destaque do movimento de resistência dentro da FND, propiciada pelo setor discente, já que os docentes e os funcionários eram mais facilmente ameaçáveis em seus meios de sustento familiar, já que com os Atos Institucionais ficaram “legalmente” suspensos direitos e garantias já adquiridos como a vitaliciedade e a estabilidade funcional. O organismo oficial de mobilização estudantil, o CACO já possuía notoriedade nacional por sua organização, participação política e história de luta estudantil. Que havia formado um bonito quadro de ex-membros que eram políticos, diplomatas, pensadores, ministros, desembargadores, literatos de direito ou não, que foram alunos da Faculdade Nacional de Direito e membros do CACO - além dos juristas mais notórios, cabe ressaltar que Vinicius de Moraes e Clarisse Lispector estudaram na

FND. Muitos livros que ainda hoje são lidos no Brasil sobre teoria jurídica foram pensados dentro das antigas paredes do Senado Imperial.

Contudo, apesar de toda luta política, a situação interna foi ficando cada vez mais incompatíveis com a divergência de pensamentos e a contestação ao governo vigente. A cada postura de rebeldia, os rigores da repressão aumentavam. Pararam de respeitar a “inocência” estudantil, os alunos não respondiam mais processos administrativos e sim processos que eram julgado em tribunais militares, por serem delitos considerados pertencentes a crimes de Segurança Nacional. As diretorias do CACO foram diversas vezes destituídas, processadas administrativamente, até ocorrendo a situação esdrúxula de existirem dois CACOs um oficial e um “Livre”. Porém, quem não achava que a situação poderia piorar, se assustou com todas as mobilizações que perpassaram o ano de 1968, com vários momentos marcantes como a morte do estudante Edson Luis, a passeata dos 100 mil, o discurso crítico do deputado Márcio Moreira Alves, a recusa do congresso em processá-lo, o que resultou no contra-golpe militar da promulgação do AI 5, eliminando a possibilidade de utilização do judiciário para os crimes políticos, como a obtenção do *Habeas Corpus*.

O presente trabalho mostrou como enquanto foi possível resistir ocorreu a resistência através dos métodos possíveis, mas que com a crescente “brutalização” da repressão, associada à retirada de diversas correntes filosóficas da FND e ao conseqüente tecnicismo do ensino do Direito houve a tentativa deliberada de “apolitizar” os estudantes em geral, e os de Direito especialmente, para minar a sua capacidade de Luta. Entretanto, apesar de todas as tentativas e do imaginário social de enxergar o jovem hoje como individualista e alienado, quando a necessidade surge os estudantes voltam as ruas para lutar por mudanças, como foi visto nas “Diretas Já”, no “fora Collor”, contra as privatizações durante o governo Fernando Henrique, e no caso específico da FND a retirada do diretor da unidade em 2004.

BIBLIOGRAFIA

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. v. 1.

- AARÃO REIS FILHO Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs). O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004). Edusc, Bauru – SP, 2004.

- AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs). O Século XX. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. v. 1 – O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra.

- _____ . _____ . Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. v. 2 – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.

- _____ . _____ . Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. v. 3 – O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações.

- ABREU, Alzira Alves de. [et. al.] (coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro, Ed. Ver e atual. Editora FGV; CPDOC, 2001, v 1

- _____ . _____ . _____ . _____ , _____ . _____ , 2001, v 2

- _____ . _____ . _____ . _____ , _____ . _____ , 2001, v 3

- _____ . _____ . _____ . _____ , _____ . _____ , 2001, v 4

- _____ . _____ . _____ . _____ , _____ . _____ , 2001, v 5

- ALVES, Rubens. O que é Religião? ^{2a}ed, São Paulo, Edições Loyola, 1999.

- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Memórias estudantis, 1937 – 2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Relume-Dumará: fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 2007.
- Arquidiocese de São Paulo, projeto Brasil Nunca Mais. Um relato para a História: Brasil nunca mais. Editora Vozes Ltda., Petrópolis – RJ, 1985.
- BALEEIRO, Aliomar; BRITO, Luiz Navarro de; CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Constituições Brasileiras: 1967. Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília – DF, 2001.
- BARBOSA, Maria Lígia. A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto. In. Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. “Os usos do “povo””. In: Coisas ditas. Editora brasiliense. São Paulo, 1990.
- BRASIL. Constituição (1988).
- Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. CACO: 90anos de história. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007
- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2005.
- _____. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Editora Schwarcz, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos no Rio de Janeiro In: Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade, 1996Ano I, no. 1: 169-189.
- FENELON, D. R. 50 Textos de História do Brasil. São Paulo, Hucitec, 1974.

- FONTANA I LAZARO, Josep. Historia: análise do passado e projeto social; tradução Luiz Roncari. – Bauru,, SP: EDUSC, 1998.
- FOUCAULT, Michel; organização e tradução Roberto Machado. Microfísica do Poder. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1979.
- _____. tradução Raquel Ramallete. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Vozes, Petrópolis – RJ, 1987.
- FREIDSON, Eliot. Renascimento do profissionalismo: teoria, Profecia e Política; tradução Celso Mauro Paciornik. – São Paulo: EDUSP, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1981
- GRIMBERG, KEILA. Código Civil E Cidadania . Editora: JORGE ZAHAR, Rio de Janeiro, 2001.
- RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo, Martins Fontes, 2002,
- HEGENBERG, Leônidas. “As crenças com que vivemos”. In: Explicações científicas. 2ªed. São Paulo, E.P.U/EDUSP,1974. p. 21-28
- HOBSBAMW, Eric e Ranger (org). A invenção das Tradições . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAMW, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1870. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- _____. Ecoss da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa; tradução Maria Celia Paoli, São Paulo: Cia das Letras, 1996
- _____. A Era das Revoluções: 1789/1848. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- _____ . A Era dos Impérios: 1875/ 1914. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____ . A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914/1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KEMP, Tom. A Revolução Industrial na Europa do século XIX. Lisboa, Edições 70, s/d.
- KOSELLECK, Reinhardt - Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, Contraponto/Eduerj, 1999.
- LARA, Silvia HGunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). Direitos e Justiças no Brasil. Editora Unicamp, Campinas – RJ, 2006
- LEMOS, Renato (org). Uma História do Brasil através da caricatura 1840 – 2006. Rio de Janeiro, Bom Texto Editora e JP Editora, 2006.
- LINHARES, Maria Yeda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005
- LIMA, Roberto Kant de. Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2008.
- _____ . Os Cruéis Modelos Jurídicos de Controle Social. Insight Inteligência, nº. 25-abril-maio-junho 2004
- MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flavio; FARIA, Ricardo. História contemporânea através de textos. Contexto, São Paulo, 1990. P. 118.
- MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis, RJ :Vozes,2000

- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria Fontes. História do Brasil Recente 1964-1992.s/1, Editora Ática, 2001.
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes; GOMES, Ângela Maria de Castro; e PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte (orgs). Sem medo da utopia: Evaristo de Moraes Filho arquiteto da sociologia e do direito do trabalho no Brasil. São Paulo, LTr, 2007.
- MORRIS, Christopher W. Um ensaio sobre o Estado Moderno. Tradução Sylmara Beletti. Landy Editora, São Paulo, 2005
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2006.
- NEDER, Gizlene (org). História & direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade. Revan, Rio de Janeiro, 2007.
- PRADO, Maria Ligia. O Populismo na América Latina. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes. Editora Brasiliense, 1990.
- RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Tradução Dora Rocha. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
- Richard R. Fagen, The United States and Chile: Roots and Branches, *Foreign Affairs*, January 1975.
<http://www.foreignaffairs.org/19750101faessay10135/richard-r-fagen/the-united-states-and-chile-roots-and-branches.htm>
- SILVA, Evandro Lins e. O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC/ Evandro Lins e Silva; entrevistas e notas Marly Motta, Verena Alberti; edição de texto, Dora Rocha. Nova Fronteira: Editora FGV, Rio de Janeiro, 1997.

- SKIDMORE, Thomas e. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ª edição; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

- TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. 2ªed. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

- VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). Cidadania e violência. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000.

- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 2003.